

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

20 a 26 de Setembro de 1992 Nº 56

MOÇAMBIQUE: A paz, finalmente?

As longas conversações entre o governo moçambicano e o movimento guerrilheiro Renamo para pôr fim à guerra civil que há mais de uma década arruina e enlutece o país parecem finalmente apresentar resultados. Em um encontro realizado em meio a grande sigilo entre o presidente Joaquim Chissano e o líder da Renamo Afonso Dhlakama (seis semanas após o histórico encontro de Roma) em Gaborone, capital de Botswana, foi praticamente acertada a assinatura pelas delegações que oficialmente negociam o acordo em Roma de três protocolos relativos ao fim das hostilidades. O primeiro protocolo diz respeito às questões militares: critérios de composição das Forças Armadas, retirada das tropas estrangeiras do país — ponto já acertado entre o governo e a Renamo, devendo Chissano reunir-se com o presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, para estabelecer as condições da futura retirada das tropas deste país de Moçambique —, despolitização da polícia e funcionamento do Serviço de Informação e Segurança do Estado. O segundo protocolo refere-se ao calendário do processo eleitoral, às garantias para o período entre o cessar-fogo e as eleições e à comissão de supervisão do cessar-fogo. O terceiro protocolo, por sua vez, refere-se aos mecanismos de implementação do cessar-fogo, incluindo o controle fiscalização internacional e libertação de prisioneiro. Jorge Heitor, articulista do Público, afirma que "tanto quanto nesta altura se sabe, os protocolos deverão ser agora rubricados em Roma durante os últimos dias deste mês e o acordo será formalmente assinado (...) pouco depois". (O que o jornalista português deixou de registrar é a possível insatisfação dos negociadores em Roma, seja das partes envolvidas — tanto Guebuza, representante do governo, quanto Domingos, representante da Renamo são personalidades destacadas dentro de suas organizações, e a transferência de instância decisória para os encontros Chissano/Dhlakama pode ter implicações políticas —, seja dos media italianos e católicos).

NESTA EDIÇÃO:

Entrevista com Jaka Jamba, responsável da UNITA para a educação
p.03

José Cerqueira, economista angolano, crítica MPLA e UNITA
p.03

Guiné-Bissau: ampliam-se as tensões
p.09

Portugal e São Tomé
p.12

Segundo o jornal português as futuras Forças Armadas unificadas terão um contingente de 30.000 homens; isto parece significar que o governo logrou fazer ser aceita sua proposta (24.000 homens no exército, 4.000 na força aérea e 2.000 na marinha), malgrado a resistência da Renamo, que tem poucos quadros que poderiam virem a ser integrados na Força Aérea e na marinha, e que pretendia que estas forças tivessem peso. Todavia, Jorge Heitor não precisa se os 30.000 homens distribuir-se-ão entre as 3 forças da maneira proposta pelo governo.

Embora o processo tenha avançado significativamente, não se pode afirmar que ele não esteja ainda vulnerável a retrocessos, sendo previsível a dificuldade de aplicação das normas do cessar-fogo (até que ponto o alto-comando da Renamo controla os grupos armados que estão sob sua direção?). A guerra civil, além de ter destruído a infra-estrutura econômica do país, causou centenas de milhares de mortos, encontrando-se ainda milhões de pessoas deslocadas de sua região natal, dentro ou fora das fronteiras moçambicanas, muitas das quais ameaçadas de fome (apesar de sido anunciado um acordo sobre a ajuda humanitária coordenada pela ONU e pela Cruz Vermelha).

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622

R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

melha, a Renamo ainda apresenta resistências, fazendo com que W.Schelles, representante da ONU em Moçambique, tenha feito um ultimato ao movimento, ameaçando "dizer a todo o mundo que a Renamo é responsável pela morte de pessoas nas regiões sob seu controle", caso ela não permitisse o desenvolvimento das ações na área que controla). Para enfrentar o desafio da reconstrução, para qual precisará inevitavelmente recorrer ao auxílio da comunidade internacional (que tem um preço, como demonstrou Joseph Hanlon), Moçambique necessita assegurar a paz. Esta parece estar à vista. Estará? Assim esperamos (pp.9-10).

ÁFRICA DO SUL: As negociações terão que se reiniciar sobre novas bases.

O governo branco sul-africano continua tratando o enfermo com remédios paliativos, quando o mesmo necessita cada vez mais de uma cirurgia. Um novo exemplo é a proposta a ser apresentada ao Parlamento sobre a nomeação de ministros negros. Buscar estabelecer uma administração pública multiracial, atraindo elites negras comprometidas de alguma forma com o regime, revela mais um distanciamento dos projetos de mudança defendidos pelo ANC, e um passo a mais para manter e reforçar a divisão entre as etnias. Para tanto, sugestivo é o governo continuar alimentando sua estratégia de prestigiar e legitimar líderes tradicionais como Buthelezi. Esses contatos, à margem da CODESA, indicam-nos que a necessária retomada das negociações não mais se dará seguindo o modelo aparentemente esgotado da CODESA, pois as próximas negociações requererão maior participação de observadores, governos e organismos internacionais.

Por outro lado, quando o Parlamento Europeu pede a suspensão do sistema de "bantustão", reforça o questionamento de um ponto fundamental. Os 10 "homelands", importantes pilares do "grande apartheid" (sinônimo de segregação e confinamento das etnias negras em espaços territoriais pseudamente independentes), hoje concentram a maior parcela dos 45,9% dos votos rurais. O governo branco procura, então, institucionalizar e legitimar antigas divisões que hoje podem se tornar bases de apoio para o seu projeto de estabelecer uma estrutura governamental federativa. Assim, a matança em Ciskei demonstrou que

continuará árdua e sangrenta a batalha do ANC.
(p. 12)EB

ANGOLA: A reta final das Campanhas.

Os últimos dias de campanha tem demonstrado com maior nitidez a inevitável bipolarização entre o MPLA e a UNITA na disputa pelas eleições presidencial e legislativas. A idéia de uma terceira força como alternativa aos dois maiores partidos não obteve sucesso. A última tentativa, com um peso relativo, foi impulsionada pela candidatura de Daniel Chipenda, que chegou a assustar a alguns "futuquistas", pelo possível apoio internacional, mas que não tornou-se viável.

O horário eleitoral na televisão tem sido a melhor demonstração da impossibilidade dos pequenos partidos obterem grande desempenho nas eleições. As coligações continuam a ocorrer de ambos os lados, com a UNITA acenando mais visivelmente para tal hipótese.

Esta reta final de campanha está sendo marcada pela ênfase da UNITA em uma determinada acusação: a crítica a regalia dada aos estrangeiros por parte do MPLA, enquanto este, segundo Jonas Savimbi em seus últimos comícios, estaria esquecendo a "África Profunda". O MPLA, por sua vez, parece alterar o tom de seu discurso de acordo com a temperatura da campanha. Quando há uma intensificação dos conflitos entre os militares, o MPLA prefere destacar a paz como seu objetivo principal. Por outro lado, quando ocorre a diminuição destes conflitos e, conseqüentemente, abre-se maior espaço para as declarações dos candidatos, o MPLA passa a acusar a UNITA de ter recebido apoio sul-africano, bem como de ter destruído grande parte da capacidade produtiva do país.

O último final de semana antes das eleições deverá ser preenchido por fortes acusações de ambos os lados.

A UNITA provavelmente reforçará o anúncio de que José Eduardo teria nascido em São Tomé e viajado para Luanda com pelo menos 5 anos de idade. Enquanto o MPLA certamente apresentará os últimos dissidentes da UNITA que fugiram da Jamba e apresentaram-se em um posto consular angolano na Namíbia.

O alívio de cada dia que passa

António Matos
em Luanda

O processo eleitoral angolano entrou na última e decisiva semana. Mas o clima de tensão não se dissipou e a ansiedade poderá tomar conta do estado de espírito dos angolanos, que as armas continuam a matar em tempo de paz.

“Cada dia que passa é um dia bom”. Esta afirmação, do embaixador em Lusitânia de um país africano, a propósito da aproximação das eleições de 19 e 30 de Setembro, parece sintetizar a ansiedade de quantos seguem o processo de paz em Angola. Os confrontos repetem-se um pouco por todo o território — opondo militantes e militares dos dois partidos que alimentaram a guerra civil de 16 anos — e ninguém parece ter certezas sobre o ambiente em que decorrerá o acto eleitoral.

Miguel, um angolano de 19 anos, assiste com visível curiosidade ao espectáculo promovido pelo Conselho Nacional Eleitoral — a “Festa da Paz” —, que na noite de sábado levou ao largo do Kinaxaxi, em Luanda, centenas de espectadores. Outros jovens preferem, porém, diferentes formas de participação: desfilam pela cidade em carros e motos, agitando bandeiras, espalhando panfletos e gritando os nomes dos candidatos da sua preferência. Enquanto os músicos e um grupo brasileiro de luta de capoeira animam o espectáculo, perto dali cruzam-se várias vezes os cortejos propagandísticos, sobretudo da UNITA, do MPLA e do candidato presidencial Daniel Chipenda, procurando chamar a si as atenções. Miguel desabafa: “Aqueles também deviam estar aqui”. Porquê? “Preocupa-me que as pessoas estejam mais empenhadas nas eleições do que na paz”.

Nesse dia, notícias de incidentes no Soyo, na província angolana do Zaire, e no Luena, província do Moxico, respectivamente no Norte e no Leste do país, tinham contribuído para aumentar a angus-

tia dos angolanos que nos dias 29 e 30 querem participar em eleições livres e justas. Em ambos os casos, militantes e militares do MPLA e UNITA tinham desencadeado confrontos que levaram à intervenção da polícia e se saldaram em sete mortos e catorze feridos no Luena — segundo fontes policiais. Eram mais sete vítimas mortais do processo de paz.

Tudo se passa, de facto, entre o MPLA, partido no poder desde 1975, e a UNITA, que reclama para si os créditos de ter lutado pela abertura política e pela implementação da democracia em Angola. Uma bipolarização que os outros partidos não conseguiram atenuar, vendo-se quase todos obrigados a alinhar por uma ou por outra daquelas formações partidárias. “Era inevitável que assim acontecesse, dada a natureza dos acordos de paz de que o MPLA e a UNITA foram os protagonistas”, resigna-se o mesmo diplomata africano.

E será nestes dois partidos que vão estar ainda mais concentradas as atenções durante os próximos dias. Sobre tudo nos seus líderes, que em 31 de Maio de 1991 assinaram os acordos de paz. Durante esta semana, depois de uma incursão pelo Sul do país, ambos se dirigirão em princípio para o Norte, estando previstos para Luanda, no próximo fim-de-semana, dois grandes comícios. Fontes do MPLA admitem, contudo, que o comício de encerramento da campanha de Eduardo dos Santos se realize no Huambo ou no Lobito, cidades em que a UNITA afirma ter mais apoio do que os seus rivais. Um dado novo poderá, todavia, agravar a tensão no país em vésperas de eleições. O MPLA poderá estar em condições de utilizar perante a opinião pública angolana os depoimentos de novos dissidentes da UNITA. A fazê-lo, utilizará os tem-

pos de antena na televisão, um meio de comunicação que, segundo estudos recentemente realizados, chega a quatro de cada dez angolanos.

O discurso de vitória vai, entretanto, caracterizando a atitude dos dirigentes dos dois partidos. Talvez porque uns afirmam que, finalmente, “agora é que vai ser possível governar sem obstáculos” e outros “jogam 16 anos de guerrilha em dois dias”.

MILITARES DEIXAM UNITA — O embaixador de Luanda em Windhoek, Sérgio Ribeiro, confirmou ontem ao PÚBLICO que na semana passada nove militares fugidos da Jamba se apresentaram no posto consular angolano de Rundu, no Norte da Namíbia, a uns 300 quilómetros do quartel-general da UNITA. E estes que os mesmos já foram repatriados para Angola, com assistência da respectiva

embaixada e do Governo namibiano, tendo sido entregues ao comando da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), enquanto se espera que em breve possam fazer declarações. O posto consular de Rundu foi criado a fim de facilitar o registo, designadamente para fins eleitorais, das dezenas de milhares de angolanos residentes no Norte da Namíbia, junto à fronteira de Angola. Tony Figueira, em Windhoek

EXPRESSO, SÁBADO 19 DE SETEMBRO DE 1992

Comícios paralelos

Gustavo Costa
no NAMIBE e HUÍLA

O NAMIBE, antiga cidade de Moçamedes, ofereceu esta semana um espectáculo de invulgar dimensão política na campanha eleitoral de um país recentemente saído da guerra. A cidade, que de um lado sente o deserto e do outro o mar, recebeu no mesmo dia os dois principais candidatos à Presidência: José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi. Era como se estivesse diante da final de uma partida de futebol, com os adeptos de um e outro a trocarem apostas numa expectativa de ambiente crítico. No final, percebeu-se que Eduardo dos Santos, conquistando o apoio da espinha dorsal da economia da região — os pescadores — saiu em vantagem sobre o seu adversário.

Apesar dos sintomas de nervosismo e de suspense criado à volta da presença dos dois líderes, ambos protegidos por fortes dispositivos militares, o civismo sobrepôs-se à aparente agressividade que ameaçava apoderar-se das duas claques de apoio. A mobilização conseguida pelo MPLA e o Presidente da República apanhou de surpresa os seus adversários que ignoraram na sua análise a implantação popular do MPLA. Foram jogar fora de casa, numa região que lhes é tradicionalmente adversa. O receio de incidentes levaram mesmo o governo local a procurar persuadir Jonas Savimbi a adiar a sua deslocação para «evitar possíveis escaramuças entre apolantes das duas organizações». Todavia, Jonas Savimbi não só rejeitou a sugestão como acabaria por cair na armadilha de Eduardo dos Santos, ao chegar ao Namibe depois do Presidente, quando a cidade se encontrava mobilizada em torno da presença do Chefe do Estado.

O ímpeto eleitoral do Presi-

dente, que ao contrário do líder da UNITA não tem os rasgos de «grande comunicador», continuando a optar pela sobriedade do discurso de Estado, alastrou-se do Namibe para o Lubango, onde, na semana anterior, Jonas Savimbi conseguira apenas uma pequena mobilização do eleitorado. Receava-se que depois da presença do líder da UNITA a margem de manobra do MPLA tivesse ficado limitada e que o comício do Presidente não conseguisse a mobilização que tivera no Namibe. «Embora o MPLA não merecesse o nosso apoio pelo que (não) fez ao longo destes 16 anos, a UNITA está a fazer o favor de nos empurrar para a única alternativa que temos» — afirmou um médico da Huíla, que há muito se tornou conhecido pelas suas divergências com o partido do Governo.

Ao conseguir uma multidão semelhante à que recebeu o Papa João Paulo II na praça que desde quarta-feira leva o seu nome, José Eduardo dos Santos beneficiou do «instinto de sobrevivência» que a prática política da UNITA gerou na região. Pessoas desavindas com o MPLA há mais de 10 anos saem agora à rua num apoio reservado ao partido governamental, por causa do «excessivo aparato intimidatório» da organização de Jonas Savimbi que, segundo o mesmo médico, ao «ferir a sensibilidade das pessoas», está a provocar uma inversão na tendência dos votos em vários círculos da opinião pública angolana.

A mensagem de «paz, tolerância, tranquilidade e respeito à diferença» do Presidente e o desafio que lançou à UNITA para que «a população possa escolher livremente entre ditadura e democracia» marcaram «o regresso do MPLA às origens». Uma velha mística que o MPLA terá de saber gerir até às eleições.

Savimbi ié-ié-ié

PÚBLICO
20 SETEMBRO 1992

Do nosso enviado
Adelino Gomes
em Benguela

Sinais do Além

Seguem-se Lobito, Catumbela... Jonas Malheiro Savimbi acaba de inventar uma nova fórmula para animar os comícios. "Vamos introduzir uma inovação hoje", propusera logo no início do seu encontro com a multidão. "Quando eu disser 'Allô Benguela', vocês respondem 'Allô'". Gasta quase cinco minutos a 'afinar' o coro. Quando ataca os temas de fundo escolhidos para este "Dia do Militante" — sexta-feira 18, feriado da UNITA — já as muitas dezenas de milhar de pessoas que quase enchem a praça do liceu, na cidade das acácias rubras, atingiram o ponto em que uma multidão obedece, sem hesitar, à voz de quem aceita como chefe.

• Dias antes, no Lubango, surpreendera quem o acompanhava com outro "número" do autêntico espectáculo de arte de comunicar em que — magnífico e reconhecido mestre — transforma cada momento de contacto com a multidão. "Vamos agitar", disse então, e pôe-se ali mesmo no palco a estremeceer os braços, o tronco, as pernas. "Agitação", repete agora, e as mulheres lá em baixo, os rapazes, os generais no palco, os convidados, o assessor político sul-africano de casaco e gravata abandonam-se num frenesim a que Savimbi, sempre no comando, põe termos segundos depois.

"Quem foi o culpado da guerra em Angola?". Como capítulo de uma lição, o primeiro tema está lançado. A tese, de tão simples o seu enunciado, e tão di-

dáctica a fórmula usada (pergunta e resposta), ocupará dois, três, o máximo cinco minutos de desenvolvimento. "O MPLA", concorda a Angola africana e profunda com que Savimbi não se esquece nunca de identificar o seu partido, em contraposição à Angola "estrangeira" do MPLA.

Segue-se Cabinda, que desde os incidentes da segunda semana de campanha o líder da UNITA passou a introduzir no seu discurso. Fala da arrogância do poder instalado, que "só sabe negociar depois de enfraquecer e dividir" o adversário. Do petróleo, em que "o país aqui é rico também". Aproveita para lançar uma frechada a Tony da Costa Fernandes e Miguel Nzau Puna, os dissidentes de maior peso que nesta campanha lhe vêm lançando golpes duros de encaixar. Savimbi nunca pronuncia os seus nomes. Mas toda a gente entende quando, um pouco mais à frente, arruma, implacável, a lição "dos direitos humanos", com duas únicas frases. A primeira para se referir a Eliseu Martinho — um enfermeiro cujo nome foi dado a uma clínica que Savimbi inaugurou essa mesma tarde no bairro benguelense da Kalomanga e a quem "os cubanos fuzilaram com a cumplicidade, no mínimo, do MPLA". A segunda dirige-a aos "Iscaios que foram comprados com o dinheiro do petróleo da terra deles".

Entre um e outro tema, o refrão do dia: "Allô Benguela...". Savimbi deixará uma ou outra vez de o entoar. Quando

sente a necessidade de "agitação". Ou quando, como agora, o "slogan" de um dos animadores de serviço — José Pedro, um estudante de Engenharia da Universidade de Aveiro que, como dezenas de outros bolseiros do partido, interrompeu os estudos para a tarefa eleitoral — lhe abre caminho para um dos pontos mais quentes da propaganda da UNITA nesta segunda parte da campanha. "Dos Santos são-tomense, prá semana..." , grita Zé Pedro. Responde-lhe um coro prodigioso de vozes roucas, um mar de braços negros que se levantam, síncronos, de dedo em riste: "Fora!..." . Na Jamba, ali a poucos metros da Praça 5.017 (número de funcionário de seu pai, nos Caminhos de Ferro de Benguela), assumira-se como bisneto de bisnetos de angolanos. Agora reclama um Governo de "angolanos genuínos", em vez de angolanos "de origem duvidosa".

Não precisa de pronunciar o nome do actual Presidente, tornado suspeito, pela UNITA, de nascido no arquipélago são-tomense, donde teria vindo para Luanda aos cinco anos. "Inaugura retretes sem água; padarias sem farinha de trigo; ecolas já encerradas".

**Mercedes
para vendeiras**

O comício atinge o clímax. "Estamos a ser governados por estrangeiros. O peixe destas

águas levam-no espanhóis, cubanos, russos. Os estrangeiros primeiro têm que falar connosco para fazer negócio". Diz que as mulheres têm também direito a ser empresárias. "A mãe só kitandeira não chega. Tem que ter também um Mercedes ali". Gritos, palmas, risos das "mamãs", que rodopiam, se inclinam, tronco para a frente, nádegas espetadas, rosto em trejeitos sincopados entre as mãos abertas. Uma bandeirinha da UNITA, pedida por um dos seguranças a uma jovem, minutos antes, baila já entre as suas mãos. O instinto de animal político diz-lhe que é preciso equilibrar a balança. Dirige-se aos intelectuais, aos professores, aos que trabalharam com o Governo do MPLA. "O simples funcionário, o simples polícia — o normal, não o 'ninja' — não têm nada a reear. A não ser os grandes gatunos".

"Ié-Ié-Ié", grita em voz arrastada, como quem avisa que vem aí mensagem importante. "Ié-Ié-Ié", responde a multidão, como quem diz: "Mensagem recebida". Avança então outros dois temas centrais da propaganda adversária: o racismo negro e a violência armada. Dirá o que quer usando os conceitos como só sabe usar quem respira política por todos os poros.

"Houve brancos e mulatos que lutaram também", começa por dizer. Aponta o exemplo de Carlos Morgado, um

médico branco, que estudou no Porto, e ali mesmo anuncia ser o futuro ministro da Saúde da UNITA. "Há três raças em Angola. Os negros, a maioria; os mestiços, nossos filhos; os brancos, que querem a esta terra como a sua terra", conclui, nesta mesma forma clara e ambígua com que aborda a violência. "Lutámos 16 anos. A paz veio para ficar. Não queremos provocar ninguém. Mas não temos medo. Que ninguém tente provocar o angolano. Aquele que nos provocar paga".

Passou mais de uma hora desde o início do comício. A mesma energia, o mesmo entusiasmo, a mesma adesão total ao candidato "Dr. Savimbi", estampado na t-shirt amarela que o líder vestiu no C-130 com tripulação norte-americana que o trouxe da Jamba. Pergunta quem dentre a assistência tem cartão de eleitor. Mostra o seu. "Guardem-no bem. Tirem-no só no dia 29. Nesse dia levantem-se às quatro da manhã. É preciso ser o primeiro na bicha".

Depois, promete: "Faltam 11 dias para enterrar a humilhação".

"Allô Catumbela?
— Allô.
Como é que me apanha?
— Muito bem.
O voto no MPLA como é?
— Negativo!
E o voto na UNITA?
— Positivo!" .

O LINGALA — uma língua banto, muito contaminada pelo francês, que se espalhou por toda a República do Zaire — ameaça tornar-se o idioma mais utilizado na rádio e televisão depois do português. Para além das pequenas estruturas lideradas por angolanos do Zaire, também outros partidos começam agora a veicular mensagens em lingala, numa tentativa de cativar a numerosa comunidade de retornados. Este fenómeno é particularmente curioso se tivermos em atenção que o lingala não existia em Angola antes da independência.

Na passada quarta-feira, também o Partido Renovador Democrático, PRD, pôs logo no ar um longo discurso em lingala. Como habitualmente acontece, o Programa David contra Golias, assim se chama o espaço do PRD na Rádio Nacional, atacou equitativamente o MPLA e a UNITA, acusando o primeiro partido de incompetência governativa e o movimento de Jonas Savimbi de apenas ter competência para a guerra. Um candidato a deputado por este partido, Fernando Luís, atacou um governador provincial do MPLA, o qual, segundo ele, "está a vender peixe no palácio do Governo". A terminar, o animador do programa chamou a atenção para o facto de o nome do partido e do respectivo candidato presidencial, Luís dos Passos, figurarem ambos no topo da lista: "Não foi por acaso que isto aconteceu", garantiu, "é um sinal dos nossos antepassados que pretendem assim indicar-nos quem deve ganhar".

A UNITA preencheu quase todo o seu tempo de antena com imagens perturbadoras de jovens militares do movimento, vítimas de bombas químicas: "Para que não se repita em Angola o horror da guerra que estas imagens documentam, vota UNITA, os únicos garantes da paz." Seguidamente voltou a mostrar imagens da falta de água em Luanda — questão que os outros partidos de oposição também têm tratado — responsabilizando o Governo por esta situação: "Para que nunca mais haja falta de água em Luanda, vota na UNITA".

O MPLA, cuja campanha televisiva continua a surpreender pela qualidade das imagens de rua e montagem final, centrou a sua emissão de quarta-feira nas realizações do Governo desde a assinatura dos acordos de paz. José Kipango, um pastor protestante que é candidato a deputado nas listas deste partido, fez uma defesa veemente do Governo, atribuindo à UNITA a culpa por não se ter feito mais: "Ao longo destes anos a UNITA aprendeu a destruir, enquanto o MPLA aprendeu a proteger o povo."

PÚBLICO
SEXTA-FEIRA 18 SETEMBRO 1992

Nova política contra a "velha guarda"

SABADO, 19 SETEMBRO 1992

José Eduardo Agualusa
em Luanda

A nova geração de quadros políticos angolanos não parece muito disposta a apoiar incondicionalmente nem o MPLA nem a UNITA. O economista José Cerqueira é um exemplo disto. Depois de arquitectar o programa económico com que o Governo angolano tentou fazer a transição da economia planificada para uma economia de mercado, José Cerqueira afastou-se do poder e apresentou recentemente, em nome da Angola Democrática — uma coligação de cinco pequenos partidos —, um novo plano económico "visando a recuperação de Angola em mil dias".

Passou por aqui toda a gente. Tinham os melhores diplomas: Silva Lopes, Braga de Macedo, Belezza. E não perceberam nada do que se estava a passar em Angola. Porque? Não é que o problema de Angola seja particular. Eles não percebem é nada dos problemas mundiais, entre outros como estão numa gestão do dia a dia de afectação dos recursos que vêm de Bruxelas".

A afirmação é de José Cerqueira, um dos mais conhecidos economistas angolanos. Cerqueira falava na apresentação do programa económico e social angolano, PESA, que a coligação Angola Democrática (AD), adoptou como seu programa económico. Em 1988, com apenas 33 anos, José Cerqueira tornou-se na estrela do Governo angolano ao elaborar o programa de saneamento económico e financeiro, SEF, que se propunha conseguir a transição entre a economia estatizada, então vigente, e uma moderna economia de mercado. Irreverente, com um discurso directo e agressivo, por vezes inpendiário, o jovem economista assustou a "velha guarda" — expressão com que costuma

designar a burocracia instalada no aparelho de Estado — e José Eduardo dos Santos não tardou a demiti-lo. O facto de ter desautorizado publicamente um ministro, aconselhando-o a estudar antes de fazer perguntas, terá sido a gota de água.

Na sessão de apresentação do PESA, na passada quarta-feira, José Cerqueira começou por defender a necessidade de substituição da "velha guarda" por uma nova geração, lançando-se em seguida contra os programas económicos do MPLA e da UNITA, que acusou de serem estrangeiros. O problema maior da economia angolana, segundo o economista, tem a ver com o relacionamento do país com o estrangeiro: "Vivemos mal porque a nossa dívida é superior aquilo que recebemos do estrangeiro. Temos que reembolsar aquilo que recebemos, em máquinas, etc., e ainda um aumento injustificado ligado ao funcionamento do actual Sistema Monetário e Financeiro Internacional. E agora perguntam-nos: como é que nós, em Angola, podemos resolver um problema que é mundial? E aqui, de novo, que o PESA é portador de esperança. O conhecimento económico mundial demonstrou já que um país isolado pode proteger a sua economia dessa tara que se chama dívida externa. Em Angola não podemos ficar à espera que a comunidade expatriada, do Banco Mundial e do FMI, que só defende teorias apátridas, não podemos ficar à espera que essas ideologias sejam as do povo angolano".

A incapacidade tanto do Governo de Angola como da oposição armada para resolverem sozinhos os problemas do país, foi outra das questões levantadas por José Cerqueira: "Uma colónia é um país administrado do exterior. E porque, desde há cem anos, Angola era já um país, os angolanos eram já uma nação. O facto colonial é político, não é cultural. E a nação é um facto cultural e de civilização. É isso que a 'velha guarda' não entende e é por isso que não confiando na cultura e na civilização dos angolanos vai buscar no estrangeiro não só o apoio para fazer a guerra, mas também o apoio para fazer a paz nas guerras que eles próprios iniciaram. E assim a 'velha guarda' é assim. E aparecem nas fotografias, todos

contentes, à espera que nós batamos palmas enquanto eles estão no Alvor ou em Bicesse a assinar. A assinar para trazer a lei para dentro de Angola. Só que isso mudou e nas urnas não há lugar para fotografias. Há só lugar para votos".

Cerqueira não duvida da eficácia do seu programa: "Não foram precisos mais de mil dias para transformar a economia em crescimento, de 1975, numa economia de escassez. Não serão também precisos mais de mil dias para transformar esta economia de escassez, ou de capitalismo inflacionista selvagem, numa economia em que a acumulação de capital esteja ao serviço dos homens". ■

Fórum com Santos

O FÓRUM Democrático Angolano (FDA) anunciou o seu apoio à candidatura presidencial de José Eduardo dos Santos. A revelação foi feita em Luanda pelo respectivo líder, George Chicoti: "Para nós, Savimbi é um grande perigo. Só José Eduardo dos Santos é a alternativa para derrotar Savimbi", afirmou. O FDA é um partido formado por jovens dissidentes da UNITA, que concorre às eleições legislativas em aliança com a Tendência de Reflexão Democrática, de Tony da Costa Fernandes, N'Zau Puna e Paulo Tchিপilica, igualmente dissidentes do partido de Jonas Savimbi.

Jaka Jamba, responsável da UNITA para a Educação "A língua portuguesa tornou-se angolana"

Um dia, nos anos difíceis de 1978, a base que comandava foi cercada por soldados cubanos e das FAPLA e ele começou a preparar a retirada das mulheres e crianças. De repente, uma senhora que tivera um bebé no dia anterior corre para ele, entrega-lhe a criança,

pega nas suas coisas e vai-se embora. "Fiquei com o bebé num dos braços enquanto na outra mão segurava a arma. Sete horas mais tarde voltei a encontrar a senhora numa base de recuo e perguntei-lhe porque fizera aquilo. Ela disse-me que sabia que comigo o bebé estava seguro porque eu seria o último a render-me."

Almerindo Jaka Jamba, apontado como futuro ministro da Educação e Cultura caso a UNITA vença as eleições, faz uma pausa e sorri: "O que eu queria dizer é que os anos de guerrilha foram para nós um baptismo de responsabilidade."

Licenciado em Filosofia pela Universidade Clássica de Lisboa, Jaka Jamba é um dos dirigentes da UNITA que mais facilmente conquistou a simpatia dos intelectuais luandenses. Mesmo os mais acérrimos críticos do movimento de Savimbi guardam por ele um respeito especial, realçando a sua inteligência e capacidade de diálogo.

ALMERINDO JAKA JAMBA — Uma das primeiras medidas a tomar será a constituição de uma comissão envolvendo as principais forças políticas, especialistas no domínio da Educação e toda a cadeia representativa do processo escolar, incluindo pais e estudantes. Esta comissão deveria debater qual o sistema de ensino mais apropriado ao país. É preciso um grande debate a nível nacional.

P. — Mas já tem alguma ideia sobre o tipo de ensino que gostaria de ver implantado em Angola?

R. — Nós, em Angola, temos uma riqueza imensa em termos de experiências. Agora temos de fazer uma síntese de todas essas experiências: a escola colonial, a escola sob inspiração do marxismo-leninismo, a experiência que nós tivemos nas matas em termos de ensino e, finalmente, a escola do mundo moderno. A grande questão é: como é que vamos constituir um sistema educativo com os pés assentes em Angola e inserida num contexto africano, mas aberta aos grandes desenvolvimentos da ciência e tecnologia?

P. — Segundo dados recentemente divulgados por uma empresa angolana de pesquisa social, o português é, de longe, a língua mais falada em Angola e a terceira materna, depois do umbundu e do quimbundu e antes do quicongo. Atendendo a estes dados não será legítimo considerá-la, mais do que língua oficial ou vehicular, língua nacional?

R. — O português ficou mesmo em Angola. Quer queiramos, quer não, ficou em Angola como legado cultural da presença portuguesa. É através do português que fazemos a ponte com o mundo moderno, não é através do quimbundu, do umbundu ou do ganguela; por tudo isso, nós pensamos que o português ficou, tornou-se numa das línguas angolanas. Isto é um facto e nós tivemos uma preocupação grande nas escolas que gerimos nas matas — uma vez que é uma língua de origem europeia excelente para o acesso ao mundo moderno — tivemos a preocupação para que fosse ensinada e promovida.

Infelizmente, o Governo não se preocupou em promover o ensino do português numa base melhor coordenada a partir das instâncias centrais. Portanto, todo o português que se vai ensinando é aquele que ficou após a saída do colonialismo. É verdade que a responsabilidade deve ser partilhada pelos nossos amigos portugueses. Afinal, foram eles que trouxeram a língua até Angola. ■

SONDAGEM

Portugueses apostam em Bush e no MPLA

A MAIORIA dos portugueses considera certas as vitórias de George Bush e de José Eduardo dos Santos com o MPLA, nas eleições que se irão realizar em Novembro, nos EUA, e no final deste mês, em Angola — revela uma consulta ao Painel EXPRESSO/Euroexpansão efectuada entre os dias 14 e 16 deste mês.

Na verdade, apesar dos embaraços e reticências evidenciados pelos dirigentes do PSD e do PS para se pronunciarem sobre as eleições presidenciais angolanas e norte-americanas, o eleitorado não parece ter grandes dúvidas em optar pela continuidade dos actuais Presidentes dos EUA e Angola. Deste modo, 54% dos eleitores portugueses dizem que Bush irá conquistar um novo mandato para os Republicanos, enquanto 33% apostam numa vitória dos Democratas com Bill Clinton e 13% não têm opinião formada. No que respeita a Angola, 59% dão a vitória ao actual Presidente José Eduardo dos Santos (contra 19% para Jonas Savimbi) e 51% apontam para a supremacia do MPLA (contra 18% para a UNITA).

Apenas o CDS prefere Savimbi e a UNITA

Só os eleitores do PCP arriscam uma vitória de Clinton contra Bush (43% contra 30%), enquanto nos outros partidos a vantagem para o actual inquilino da Casa Branca é clara: no PSD, 57% dão-lhe a vitória (30% para Clinton); no PS são 54% (e 37% para Clinton); e no CDS 79% optam por Bush e ninguém por Clinton...

No caso angolano, mais significativo ainda é o facto de os portugueses, além de preverem o triunfo de José Eduardo dos Santos e do MPLA, manifestarem ainda que era neles que votariam se tivessem a possibilidade de o fazer.

Na verdade, 59% vaticinam a vitória de Eduardo dos Santos e 19% a de Jonas Savimbi mas, se tivessem que escolher entre os dois candidatos, 46% dos eleitores portugueses preferiam que ganhasse o actual Presidente e apenas 27% optariam pelo líder histórico da Jamba. Mesmo nos apoiantes do PSD e do PS, Eduardo dos Santos tem considerável vantagem: os sociais-democratas preferem-no a Savimbi por 47% contra 29%; e os socialistas dão-lhe a primazia, com 49% contra 19%. Opiniões mais extremadas têm os eleitores do CDS (79% preferem Savimbi e ninguém quer Eduardo dos Santos) e do PCP (83% optam pelo líder do MPLA e apenas 7% pelo da UNITA).

Já as preferências pelo MPLA são menores do que as reunidas pelo seu líder e Presidente de Angola. De facto, só 35% dos portugueses votariam no MPLA se estivessem em Angola e 28% na UNITA (recorde-se, no entanto, que 51% pensam que é o MPLA quem vai ganhar, e 18% a UNITA, como já foi referido). E os maiores votantes no MPLA seriam os eleitores comunistas (80% a 7% para a UNITA) e socialistas (38% e 26% para o partido de Savimbi); o eleitorado do PSD dividir-se-ia com 30% para cada partido e do CDS optaria em 49% pela UNITA, não dando qualquer voto ao MPLA.

J.A.L.

Arde Roque

FÁTIMA Roque, professora universitária de origem portuguesa que a UNITA pretende nomear ministro da Economia caso vença as eleições, foi na noite de sexta-feira alvo de um ataque cerrado de Tony da Costa Fernandes. Falando no tempo de antena do Fórum Democrático Angolano (FDA), o antigo braço direito de Jonas Savimbi interpelou os militantes brancos da UNITA: "Fátima Roque, Carlos Fontoura, (José Luís) Champalimaud e outros. Quero dizer-vos que na UNITA não gostam de vocês. Não tenham ilusões. Não gostam de vocês. A vossa posição é só para impressionar os estrangeiros. Vocês eram do Comité Central, mas nunca participaram em reuniões importantes". Depois, dirigindo-se directamente a Fátima Roque — num estilo que se tornou famoso — Tony da Costa Fernandes recordou o assassinato de Tito Chingungi: "Tu, Fátima Roque, vais ser ministro da Economia. Estás contente? Em Bruxelas não disseste que tinhas estado com o Tito em Novembro? E era mentira, em Novembro o Tito já estava morto. Assim és uma má angolana. Não estás a fazer justiça a este povo que te viu nascer".

Fátima Roque foi também atacada no tempo de antena da coligação Angola Democrática, que voltou a mostrar imagens da conferência de imprensa do jovem economista José Cerqueira (ver PÚBLICO de 19 de Setembro). Cerqueira lembrou o discurso de Fátima Roque no Congresso dos Quadros Angolanos, em Lisboa, em 1990: "Nessa altura Fátima Roque fez um dos seus discursos ocios, dizendo não existir em Angola um pensamento económico. Desafio-a agora a contestar o nosso programa económico e social angolano".

Fortemente criticado foi também o MPLA, acusado pela UNITA e por quase todos os pequenos partidos de incompetência. Amadeu Neves, do Partido Renovador Democrático (PRD), chegou mesmo a afirmar ser "esta incapacidade governativa de natureza inata, provada em 16 anos de escolaridade governativa". Tito de Carvalho, outro dirigente do PRD, aproveitou o tema da escolaridade para lamentar as péssimas condições do ensino em Angola, onde "as escolas não têm cadeiras e os alunos são forçados a sentar-se em latas que trazem de casa". ■

José Eduardo Aguiar,
em Luanda

Fernando Marques da Costa*

O balanço dos acordos

SERÁ POSITIVO o balanço do período de transição acordado em Bicesse? Creio que não, achando até fortemente negativo.

Não houve guerra, é certo, mas não estão criadas algumas das condições para a evitar. FAPLA e FALA continuam armadas e posicionadas no terreno; a formação das novas Forças Armadas resume-se a um ténue esboço; a desmobilização foi um falhanço e a extinção das FAPLA e das FALA uma ficção a que os observadores dramaticamente deram cobertura. Esse esforço que deveria ter sido feito sob forte observação internacional durante a transição recai agora sobre o futuro governo, isto é, já com um vencedor e um derrotado.

Ao longo destes meses, os observadores iludiram o problema, calaram-no, consentiram-no. Recusaram-se sempre a denunciar com firmeza as sucessivas violações dos acordos. Se houver paz após as eleições, isso ficará a dever-se ao bom senso dos angolanos. Se se registarem conflitos sérios, a responsabilidade cai, em primeiro lugar, sobre os observadores internacionais.

A primeira condição para a diminuição de tensões pós-eleitorais é o reconhecimento da legitimidade dos resultados. O dispositivo de observação internacional durante o acto eleitoral é insuficiente em homens e meios. Toda a gente o sabe. O dispositivo das Nações Unidas esteve mal preparado para a observação da transição — e calou, aliás, as mais flagrantes violações a que assistiu — e está pior preparado para as eleições.

O Conselho Nacional Eleitoral, que fez um notável trabalho de recenseamento, põe anúncios no "Jornal de Angola" a pedir computadores emprestados para o apuramento eleitoral. Como é possível chegar a isto? As campanhas de sensibilização ao voto praticamente não existiram, a circulação nas estradas é cada vez mais insegura, os terceiros partidos foram deliberadamente considerados despididos.

Os acordos de Bicesse, tal como os de Alvor, falharam nalguns dos seus pressupostos principais. Os observadores pareceram sempre mais preocupados em levar o país até às eleições do que em garantir as condições em que elas decorreriam. A democracia nascerá em Angola com o fardo acrescido de uma transição falhada.

Mas os angolanos querem a paz, e espero e desejo que a tenham, apesar das condicionantes. A lei eleitoral angolana dificilmente produz maiorias; e facilmente obriga à contratação de um governo entre vários partidos. Dá muita força aos pequenos partidos e acaba por centrar no Parlamento a vida política. Para uma democracia que nasce nestas condições, a necessidade do contrato é positiva, mas a diluição das sedes de autoridade será difícil de gerir.

Os observadores partem com a posse do novo governo, no entanto há apelos para que fiquem. Com que autoridade, meios e poder perante um governo legítimo? Com que papel se eclodir um conflito? Portugal deve meditar bem sobre isto. A mim parece-me hipótese desaconselhável. ■

* Deputado do PS

A inquietação das minorias

José Eduardo Agualusa,
em Luanda

"Africanidade". "Angolanos legítimos". As expressões deixam, no mínimo, inquietas as minorias em Angola. No caso dos que vieram do Zaire, o problema parece ser mais grave.

Um jovem jornalista angolano, mestiço, confessa temer uma vitória da UNITA nas eleições do fim deste mês: "Quando ouço Savimbi falar em africanidade ou em angolanos legítimos", afirma, "sei muito bem do que está a falar." O semanário "Terra Angolana", afecto à UNITA, põe em causa no seu último número a legitimidade de José Eduardo dos Santos para ocupar a Presidência da República, visto "ser santomense".

Um dos dirigentes do Partido da Aliança da Juventude Operária e Camponesa de Angola, PAJOCA, aproveita o seu tempo de antena na televisão para defender a angolanidade dos chamados retornados, ou "regrés", pessoas vindas do Zaire — na sua maioria de ascendência angolana — que se fixaram no país depois da independência: "Os homens do Norte de Angola não podem ser tratados por zairenses. Eles são angolanos legítimos".

Todas estas atitudes reflectem um certo clima de desconforto étnico e racial que se instalou em Angola. No caso dos angolanos vindos do Zaire o problema é particularmente grave. Muitos deles apenas falam francês ou lingala, a língua materna da maioria dos zairenses, cultivam hábitos diferentes e manifestam tendência em isolar-se, criando os seus próprios bairros e mercados. Os luandenses acusam-nos de terem espalhado a corrupção e de não saberem comportar-se em meios urbanos, acelerando a decomposição da cidade.

Depois da assinatura dos acordos de paz surgiram em Angola dezenas de pequenos partidos formados maioritariamente por angolanos do Zaire. Aquilo que parecia um sinal de fragilidade e divisão revelou-se, porém, um factor de força: neste momento, uma boa parte dos tempos de antena da rádio e televisão encontram-se nas mãos de "zairenses" e os dois maiores partidos, o MPLA e a UNITA, disputam agora o apoio da co-

munidade. Explicam-se assim as recentes declarações de Eduardo dos Santos no Uíge: "Não há angolanos retornados ou regressados. Não há angolanos de primeira, segunda ou terceira. Seria um erro muito grave se os nossos compatriotas fossem discriminados. Repito: não há angolanos regressados".

A UNITA terá compreendido mais cedo a importância dos "zairenses" e conta já com o apoio de algumas formações de base bacongo. Uma destas formações, a Convenção Nacional Democrática de Angola, CNDA, vem multiplicando os seus ataques contra o partido no Governo — acusando-o de discriminar os angolanos do norte — e ainda recentemente ironizava na televisão: "O nosso espanto é que o MPLA pretenda hoje ser o partido de todos os angolanos, incluindo os fantoches, os cristãos, os retornados e os comedores de gente".

Cidades mestiçadas

No que respeita aos mestiços, o problema talvez não seja tão grave, mas é seguramente mais complexo. Cinco séculos de presença portuguesa em espaços urbanos — como Luanda, Dondo ou Benguela — que são mais antigos do que, por exemplo, a generalidade das urbes americanas, criaram uma sociedade fortemente mestiçada, biológica e culturalmente. Estas sociedades foram desenvolvendo relações com as populações camponesas, assentes, em grande medida, num espírito de arrogância e superioridade que persistiu até aos nossos dias.

O poeta e sociólogo Arlindo Barbeitos fala em "incompreensão mútua" determinada pelo sistema colonial: "A pressão exercida pela colonização levou muitos angolanos de formação crioula a afastarem-se do interior, recusando tudo aquilo que tivesse a ver com as culturas tradicionais africanas, classificadas como bárbaras".

É certo que nos anos imediatos à independência houve um aproveitamento folclórico de certos elementos de várias culturas — como por exemplo a moda de atribuir às crianças nomes próprios em idiomas africanos —, mas a situação

permaneceu essencialmente a mesma.

Almerindo Jaka Jamba, apontado como futuro ministro da Educação e Cultura caso a UNITA vença as eleições, afirma que os receios dos

O escândalo da água

A FALTA de água que affige Luanda — em resultado de uma ruptura na conduta contra a qual chocou um camião cisterna militar — foi uma das questões levantadas em tempos de antena do Partido Renovador Democrático, PRD da UNITA.

Luís dos Passos, candidato às presidenciais pelo PRD, surgiu no pequeno ecrã na segunda-feira para atacar o Governo do MPLA pela incapacidade em resolver o problema do abastecimento de água à cidade: "Conheço crianças de 14 anos que nunca viram água a correr das torneiras, crianças que nunca tomaram banho de chuveiro".

No seu programa, o PRD mostrou ainda a inauguração de um Comité Artur Nunes no populoso bairro do Sambizanga. Artur Nunes, um cantor muito popular durante os anos 70, foi fuzilado em 1977, acusado de ligações ao grupo de Nito Alves. "O Sambizanga nunca foi do MPLA", afirmou na ocasião um popular. "No Sambizanga há um grupo de corruptos a quem o MPLA ofereceu carros e que, por isso, fazem a propaganda deste partido".

A UNITA utilizou imagens de populares ocupados em transportar baldes e bacias de água, uma cena muito comum nestes dias, para criticar o Governo: "É doloroso assistir-se ao espectáculo de uma cidade com três milhões de habitantes em busca de água". Antes tinha apresentado uma entrevista antiga, não datada, de José Eduardo dos Santos, onde este defendia o regime de partido único, acrescentando não existir em Angola nenhum movimento de oposição, mas apenas grupos instrumentalizados pela África do Sul. No fim apenas um anúncio: "Pedimos desculpa pela má qualidade da imagem do entrevistado".

A coligação Angola Democrática, que agrupa cinco partidos — com realce para a Frente Para a Democracia, FPD, formada sobretudo por jovens quadros oriundos da esquerda pró-albanesa angolana, quase todos ex-presos políticos — não poupou o Governo do MPLA, mas aproveitou para atacar também a UNITA: "É preciso criar uma força alternativa no Parlamento", disse um dos seus dirigentes, "imaginem um parlamento tipo CCPM e já podem fazer uma ideia da tragédia que nos espera: eles não resolvem nada".

Na terça-feira à noite, Alberto Neto, entrevistado pela própria irmã, Josefa Weba, assegurou: "O Partido Democrático Angolano é o músculo da terceira força". O candidato do PRD às presidenciais ocupou o tempo de antena do seu partido. A noite, na TV, foi aliás muito rica em revelações e frases elegantes.

Jonas Savimbi, por exemplo, interrogado sobre o seu posicionamento ideológico, definiu-se com um conceito novo — o de democrata-africano: "A democracia foi o único elemento que faltou à África depois das independências. Mas nós, na UNITA, sempre lutámos pela democracia e chamavam-nos malucos. Democrata é uma qualificação que eu aceito. Em segundo lugar sou africano, tudo o que respeita à África me diz respeito".

A FNLA, pela boca de um dos seus dirigentes, pediu licença para ler um poema, um exaustivo histórico do movimento, desde o tempo em que ainda se chamava UPA (União das Populações de Angola) até aos nossos dias. O texto terminava de forma significativa: "Lixaram-nos a vida!" ■ JEA

brancos e mestiços em relação ao seu movimento não tem fundamento sério: "A evolução do processo angolano levou a que certos grupos representativos da população angolana fossem privilegiados. Nós, em Angola, temos os ovimbundu, os ganguela, os tchokue, mas temos também mestiços e brancos que nasceram em Angola e são angolanos. O erro do regime — e por vezes até procura reconhecê-lo, mas já é tarde demais —, o erro foi não ter conseguido integrar todos esses grupos. Não pode haver uma Assembleia Nacional dominada por dois ou três grupos populacionais, tem de ser representativa de todos os grupos".

Quanto aos ataques feitos pela UNITA a José Eduardo dos Santos especulando sobre a sua origem são-tomense, Jaka Jamba pensa também que têm sido mal compreendidos. Segundo ele, a UNITA nunca pretendeu atacar os numerosos angolanos de origem são-tomense (que dificilmente se distinguem dos angolanos do grupo crioulo), mas apenas levantar uma questão de ordem jurídica: "O que nós levantamos é a questão da naturalidade do engenheiro José Eduardo dos Santos, porque para a candidatura suprema da nação há requisitos que têm de ser respeitados. Ora, embora ele diga que nasceu no Sambizanga, há quem afirme que na realidade nasceu em São Tomé, e esta questão tem de ser esclarecida. Por exemplo, nos EUA, Kissinger não pode ser Presidente porque não é americano natural." ■

Silvino Silvério Marques*

Autoridade forte é a solução necessária

PUBLICO
18 SETEMBRO 1992

Intelectuais, genuínos e benguelenses

O MPLA abriu ontem o seu tempo de antena com imagens de um encontro de intelectuais com José Eduardo dos Santos. O escritor Manuel Rui Monteiro, com várias obras editadas em Portugal, foi uma das personalidades entrevistadas: "As pessoas que me lêem, se gostam dos meus livros, votem no Zédu para eu escrever melhor." Gabriela Antunes, autora de livros infantis, fez também um grande elogio ao actual Presidente angolano, assegurando que, "graças a ele, as crianças angolanas podem hoje continuar a ler histórias".

A UNITA, por seu lado, continuou a mostrar imagens das multidões que, um pouco por todo o país, têm recebido Jonas Savimbi. Transmitiu mesmo excertos dos discursos de Savimbi, que atacou José Eduardo dos Santos, por "ignorar a Angola profunda", acrescentando ser "necessário colocar no poder os filhos genuínos da terra". Vários ex-futebolistas, entre os quais os irmãos Gancho e Rui Jordão, apelaram depois ao voto na UNITA e no seu líder.

Chipenda apareceu vestido com uma túnica do Norte de África, azul e branca, discursando para a população da sua terra natal — Benguela. Com a voz rouca, lembrou ser Benguela uma cidade democrática por natureza, a única que votou contra Salazar. Depois in-

terpelou o actual governador, Paulo Jorge: "Paulo, estás de acordo com aquilo que o MPLA fez ao longo destes anos? Achas que o MPLA agiu bem? Tenho a certeza que se o Paulo estivesse aqui — ele que é meu amigo, que é meu miúdo — ele responderia que não!"

Chipenda fez igualmente o elogio da mestiçagem, outra das características da cidade das acácias rubras: "Benguela — disse — é uma cidade cosmopolita, uma cidade onde pretos, brancos e mestiços sempre se deram bem." Por último, atacou Savimbi: "Savimbi pensa que é o chefe dos umbundus. Eu pergunto — quem o elegeu?" ■ J.E.A.

PUBLICO SEGUNDA-FEIRA, 21 SETEMBRO 1992

PERGUNTA — Como olha hoje, passados estes anos, para o processo político que se vive em Angola?

RESPOSTA — Com a preocupação resultante de recear que as feridas abertas pela guerra civil e que os interesses e as comodidades criados durante ela por numerosos responsáveis possam impedir a consolidação da paz acordada em Bicesse. Preocupação a que se junta a provocada pela situação de Cabinda, derivada de aspirações que, embora legítimas, estão sendo empoçadas, parece, por ambições estranhas que podem ser perigosas para tais aspirações: um problema em que uma intermediação portuguesa, se solicitada e aceite, poderia ser importante.

P. — Que solução eleitoral considera mais vantajosa: a) vitória presidencial e legislativa de um líder e do respectivo partido; b) vitória presidencial de um líder e legislativa de outro partido; c) necessidade de coligação por ausências de maioria absoluta.

R. — A solução apropriada para se ir estabilizando a situação de Angola, tendo presente a experiência complexa e frustrada decorrente do Alvor e também a necessidade de facilitar o funcionamento de novas instituições, será a de um presidente, uma assembleia e um governo saídos de um mesmo partido. É igualmente a solução de autoridade forte de que Angola precisa, após as profundas crises criadas e as catastróficas ruínas sofridas nos anos da "guerra quente", impulsiona-

da e muito conduzida "por procuração" nos tempos da guerra fria.

A prestigiada Igreja Católica de Angola caberá um papel essencial em toda a problemática da paz e muito especialmente na moderação dos eventuais excessos propiciados por esta solução.

P. — Qual acha que deveria ser o resultado eleitoral, do ponto de vista dos interesses de Portugal?

R. — Por um lado, pondero: o erro da adesão do MPLA-PT ao caduco e desonrado marxismo e o decorrente apoio soviético-cubano consentido e sofrido por aquele partido; o fracasso dos governos da República Popular de Angola, as dezenas de milhares de vítimas provocadas entre facções do partido; e até certa atitude de afronta ostentada pelos seus actuais responsáveis perante Portugal nas suas novas amizades, historicamente não imagináveis.

Por outro lado, recordo: que a UNITA foi, após o 25 de Abril, o primeiro movimento a aceitar conversações e cessar-fogo; que Savimbi apenas hostilizou governantes portugueses depois de, por mais de uma vez, se sentir hostilizado por eles; e que, nos seus escritos, editados no nosso país pelo dr. João Soares, se revelou um amigo de Portugal interessado na colaboração dos portugueses.

Penso assim que, não reveladas para já novas gerações de líderes, nem novas correntes de opinião, é a UNITA, pela atitude de Savimbi, que promete estar mais próxima de Portugal.

De qualquer forma, tenho es-

perança de que o assentar da poeira levantada pelos acontecimentos dos últimos anos fará emergir nas populações de Angola e de Portugal sentimentos de velha amizade e interesses de esclarecida solidariedade que levarão os respectivos responsáveis, quaisquer que sejam, a estreitar o recíproco relacionamento.

P. — Quais os desafios mais importantes com que a sociedade angolana se deparará no período pós-eleitoral?

R. — O desafio mais importante é o da reconciliação das populações, pelo menos no nível anterior à "independência", e o da motivação dos responsáveis no sentido de colocarem o interesse de Angola acima de todos os outros interesses. Algumas premissas são necessárias para vencer este desafio: desenvolver trabalho para ocupar os desmobilizados, cuidar quanto possível, mas com devoção, dos inválidos da guerra, consolidar forças armadas e de segurança, num espírito de corpo nacional, não partidário.

Outro desafio importante é o de se definir e implantar uma solução aceitável para as aspirações de Cabinda. Pessoalmente ligado à situação administrativa de Cabinda, creio ter autoridade para referir o problema. ■

* General reformado; governador-geral de Angola de 1962 a 1966 e, após o 25 de Abril, último governador-geral (por 35 dias); governador de Cabo Verde de 1959 a 1962; segundo-comandante da Região Militar de Moçambique em 1971-72

INQUÉRITO

Carlos Amorim*

PUBLICO
SEGUNDA-FEIRA, 21 SETEMBRO 1992

"Fomos e seremos importantes"

1. COMO olha hoje, passados estes anos, para o processo político que se vive em Angola?

R. — Com alegria e satisfação por poder acompanhar diariamente o nascimento da democracia, para todos os angolanos, povo que muito prezo e respeito.

2. Que solução eleitoral considera mais vantajosa:

a) vitória presidencial e legislativa de um líder e respectivo partido;

b) vitória presidencial de um líder e legislativa de um partido diferente;

c) necessidade de coligação por ausência de maioria absoluta?

R. — O povo angolano saberá

escolher a fórmula que melhor se ajuste à sua realidade. Tenho a certeza que o voto será usado condignamente, e que os que forem eleitos saberão honrar a escolha que sobre si recair.

3. Quais os desafios mais importantes com que a sociedade angolana se deparará no período pós-eleitoral?

R. — A recuperação económica de um país como Angola terá que ser realizada por todos os angolanos, com a ajuda de outros países. Mas essa recuperação só terá efeitos positivos com trabalho, disciplina, e o empenhamento de todos.

4. Qual acha que deveria ser o resultado do ponto de vista dos interesses de Portugal?

R. — O papel que Portugal tem desempenhado como mediador tem provado ao mundo que somos um país nobre e conciliador. Logo, Portugal não tem que se imiscuir nos assuntos internos de Angola. Quem quer que saia vencedor não deixará de reconhecer quanto importante fomos e seremos para o bem estar e o futuro dos angolanos. O povo angolano — ligado aos portugueses por laços históricos e culturais — será de certo o principal dinamizador do estreitamento das relações entre dois povos que se respeitam e amam. ■

* administrador da ESTA, Gestão de Hotéis. Coordenou a ligação entre os portugueses durante o motim em Cabinda.

Angola: eleições e depois?

AS ELEIÇÕES angolanas, a realizar dentro de semana e meia, estão a causar em Portugal quase tanta expectativa como as eleições nacionais, e seguramente muito mais do que as das regiões autónomas.

Os motivos são compreensíveis. Portugal mantém com a antiga «jóia da coroa» do império uma relação afectiva muito mais intensa do que com qualquer outra ex-colónia. Não há muitas décadas, Angola ainda era a terra prometida para fugir à miséria metropolitana, daí regressando centenas de milhares de retornados que introduziram costumes novos na sociedade portuguesa e ainda sonham com o modo de vida que se viram obrigados a deixar para trás. De algum modo, Angola continua a ser a terra vasta e virgem que aguarda quem a possua, muito longe, por exemplo, do universo anglo-saxónico que dá a Moçambique uma personalidade mais vincada mas menos inocente e menos atraente para a cultura lusitana.

Toda a vasta multidão que em Portugal, de uma forma ou de outra, tem uma ligação a Angola sabe que o escrutínio eleitoral do fim deste mês é o momento mais decisivo desde a independência do país, e o mais animador após 30 anos consecutivos de guerras. E virtualmente cada um desses cidadãos escolheu um partido favorito, que gostaria de ver surgir como vencedor.

PARA prevenir decepções, convém, porém, não alimentar esperanças em demasia sobre o êxito desta operação. Nada existe de mais incerto, com efeito, do que tentar traçar um cenário pós-eleitoral. Mercê do processo histórico recente, é ponto assente que a vitória vai ser disputada apenas por dois contendores: o MPLA e a UNITA. E nenhuma destas formações assumiu alguma vez compromissos acerca do que fará no caso de ganhar (ou perder) as eleições.

Há, na verdade, mais razões para desconfiar do que para acreditar nas boas intenções proclamadas neste período de estado de graça, em que os partidos procuram à viva força apagar o seu passado.

O MPLA consolidou-se como o mais ortodoxo e dogmático partido comunista no poder fora do Pacto de Varsóvia, entregou grande parte de Angola ao regime de Fidel Castro e alimentou-se da corrupção do aparelho de Estado. A UNITA goza da vantagem de não ter sofrido o desgaste da governação e de ter combatido a presença soviético-cubana, mas aceitou sem complexos a aliança com o «apartheid», estruturou-se segundo um modelo totalitário e adoptou uma prática de eliminação física de dissidentes, disfarçada através de mentiras propaladas para o exterior.

AMBOS os partidos mantêm as mesmas lideranças, pelo que não fornecem garantias de terem expurgado os seus reflexos políticos mais sinistros. Acresce que escassas instituições angolanas (nem mesmo as Forças Armadas) mantêm a integridade, o que fortalecerá as tentações totalitárias do futuro vencedor, num país onde os acordos de paz não eliminaram os ódios fratricidas alimentados por uma devastadora guerra civil. Os recentes acontecimentos de Cabinda, mais do que tranquilizar os espíritos, só vieram ressuscitar os atemorizadores fantasmas do ano de 1975.

Trata-se, assim, de uma escolha difícil para o eleitor angolano, que não devia ser deixado à sua sorte no momento em que depuser o voto na urna. A comunidade internacional (e Portugal em particular) tem a obrigação de continuar a acompanhar e influenciar a reconciliação angolana para lá de 30 de Setembro, sob pena de se tornar inútil todo o esforço despendido até hoje.

J.V.

Prognóstico arriscado

NO HESITANTE e complexo processo de democratização em África, as eleições angolanas perfilam-se com algumas peculiaridades dignas de nota: ali se enfrentam formações político-militares, saídas de uma guerra amarga, viciosa e viciada por inúmeras subversões. Diferentemente do que aconteceu na Zâmbia, em Cabo Verde ou São Tomé, a oposição não goza aqui do estatuto de virgindade que lhe permita, contra um governo comprometido e desacreditado, apresentar-se com as mãos limpas que constituíram a maior vantagem eleitoral das oposições vencedoras naqueles países.

A UNITA, como o MPLA, é também o Estado: no seu activo, e sobretudo no seu passivo, contam-se, na mesma medida, responsabilidades não só pela administração de pessoas e territórios, mas igualmente pela condução de uma guerra brutal, marcada por intolerância, coacção e violência. Salvar-se-á o movimento de Jonas Savimbi da culpa da corrupção sistemática que tanto pesa sobre o Governo; mas num país cuja cultura não reivindica, nem teorizou, a natureza publicística do poder, talvez isso não importe por aí além. Nestas circunstâncias é difícil e arriscado avançar qualquer prognóstico quanto ao resultado das eleições: como indicadores mais ou menos fiáveis restam apenas, por um lado, a consciência de que um mal conhecido é, apesar de tudo, um mal menor e, por outro, as obediências étnicas que são em África um valor seguro. Nesta vertente se decidirão as eleições.

De qualquer modo, e para não perder a oportunidade de chamar a atenção para um problema que tem já importância primeiríssima em África, seria bom que o resultado das eleições em Angola não fosse ele próprio subvertido por combinações pré-eleitorais que, mesmo quando a intenção que as explica é boa e generosa, relevam de uma tentação de engenharia social que, a história se tem encarrega-

do de demonstrar, conduz em regra a desfechos trágicos: é tempo de perceber que no coração da democracia vive o direito à diferença e a liberdade para o exprimir. Mesmo quando a diferença tem raiz étnica e se traduz, no plano da organização do Estado, pela descentralização ou pela federação.

Esta consideração não deveria estar ausente das preocupações dos que têm a responsabilidade histórica de guiar o grande país, já a partir do presente mês: dadas as características das formações políticas que realmente contam, isto é, o MPLA e a UNITA, o desafio mais importante com que a sociedade angolana se defronta reside precisamente em aprender a viver com os subnacionalismos que os grandes partidos protagonizam e com a diversidade cultural e étnica que lhe é subjacente; quer isto dizer que Angola vai ser forçada a libertar-se do enfoque que tem sido o dos partidos únicos herdeiros do anticolonialismo e que é responsável em África pelo dogma fatal do estado unitário, construído sobre mosaicos nacionais brutalmente reprimidos. Parece-me a este propósito que seria um erro clamoroso reeditar o Alvor: 6 tempo decorrido, a surpreendente evolução do mundo entretanto verificada e o duro aprendizado de anos e anos de guerra aconselham e exigem inteligência, maleabilidade e tolerância para engendrar as soluções que possibilitem acomodar numa dimensão nacional ampla, e com a suficiente liberdade de afirmação e organização internas, as diversidades culturais e étnicas com expressão regional autêntica. Seria bom que o resultado das eleições traduzisse com verdade a vontade do povo angolano; e que lhe trouxesse a paz.

Esse seria sem dúvida o resultado que melhor serviria os interesses de Portugal. ■

* Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian, natural de Angola

Duelo ao sol no Namibe

Do nosso enviado António Matos, em Namibe

No Namibe, antiga Moçâmedes, debaixo de sol, as caravanas de Eduardo dos Santos e Savimbi cruzaram-se. Da novidade não nasceram confrontos, apenas insultos. Até porque o ar fresco e húmido do fim da tarde arrefeceu os ânimos.

Dos Santos é são-tomense". "Savimbi é capiteiro". Durante várias horas, grupos de apoiantes de um e outro candidatos trocaram piropos na cidade piscatória do Namibe, coração do deserto de Moçâmedes, onde José Eduardo dos Santos, Presidente da República e Jonas Savimbi, presidente da UNITA, estiveram na passada terça-feira.

Foi a primeira vez que os dois maiores rivais da vida política angolana presidiram a comícios na mesma cidade. E apesar da preocupação das autoridades e observadores e dos piquetes de intimidação o dia chegou ao fim sem se terem registado incidentes.

José Eduardo dos Santos chegou primeiro. Tinha a cabeça-luz vários grupos culturais que tocavam tambores e dançavam. Destacavam-se os homens e mulheres mucubais, com os coloridos ochicais, traje tradicional de panos amarrados à volta da cintura.

Chegou cerca do meio dia, hora a que estava prevista a chegada de Jonas Savimbi. "A prioridade, por enquanto, vai para o chefe de Estado", explica um jovem e zeloso funcionário do aeroporto da antiga Moçâmedes, agora baptizado com o nome do astronauta russo Yuri Gagarin.

O líder da UNITA, diria mais tarde, já no seu comício: "Chegámos tarde aqui, porque aqueles que querem manter-se

no poder não quiseram que levantássemos voo no Huambo".

Os sete quilómetros que separam a pista de aviação da cidade tinham-se transformado em local de passeio desde as 08h00. Nesta altura, ainda circulavam por ali algumas camionetas com apoiantes da UNITA, que depois esperaram pacientemente à entrada da cidade pelo momento de partirem para a recepção do "muata da paz" no aeroporto.

A segurança, de um lado e do outro, era ostensiva. A polícia encerrou o tráfego nas ruas que davam acesso ao Largo Primeiro de Maio, onde Eduardo dos Santos discursaria e era abundante por toda a cidade. Os militares da UNITA faziam o mesmo relativamente ao Largo Espírito San-

to, a escassos cem metros do espaço onde os adeptos do MPLA aguardavam desde cedo o comício. Morteiros, bazucas e granadas faziam parte do seu armamento.

Alguns grupos de militantes cruzaram-se pelas ruas, sem incidentes, mesmo quando um "piquete de intimidação" da UNITA interceptou alguns jovens que acabavam de ouvir José Eduardo dos Santos. Tudo não passou de trocas de palavras. Regendo à maior profusão de material de campanha eleitoral do MPLA e do seu líder, um militante da UNITA gritou: "A força é do voto, não é da propaganda".

A propaganda do partido no poder espalhara-se por todo o lado. No aeroporto, até algumas Kalashnikov nas mãos da polícia estavam decoradas com autocollantes onde se lia um dos slogans do MPLA: "Estamos juntos".

Sul-africanos e cubanos

Nenhum dos dois candidatos se referiu à presença do outro durante os respectivos comícios. Uma situação que os observadores interpretam como dissuasora de um ambiente de tensão que havia sobre os apoiantes.

José Eduardo dos Santos acusou porém a UNITA de ter destruído "pontes e caminhos de ferro" e de ter "roubado o gado" aos mucubais. Fê-lo — sustentou — "a mando dos sul-africanos, que queriam transformar Angola em mais um bantostão".

Duas horas mais tarde, pelas 16h00, Savimbi reagiu. "Destruímos para correr com o cubano. Quem é que trouxe o cubano para Angola? Tudo aquilo que foi destruído é de inteira responsabilidade do MPLA".

No Largo Primeiro de Maio, onde a UNITA quis realizar o seu comício, Eduardo dos Santos juntou mais gente que Savimbi no Largo Espírito Santo. "Esta é uma zona nossa", diria ao PÚBLICO um responsável local do MPLA, sem dar demasiada importância ao facto. Na província de Namibe disputou-se o voto de 84.918 eleitores.

A Jamba e à África do Sul foram os temas do discurso de quarenta minutos do candidato do MPLA. O actual Presidente da República afirmou que "o antigo governo sul-africano de Pieter Botha apenas apoiou a UNITA para transformar o território an-

polano em mais um dos seus bantostões".

Uma tese rebuscada que os seus apoiantes pareciam não entender, aplaudindo apenas as palavras de ordem que entrecortavam o seu discurso: "Dos Santos é ganbou", "O gado [negro, símbolo da UNITA] na panela".

Proseguindo, o Presidente-candidato disse: "A prioridade é que eles transformem esta ponte de partida para criar um bantostão lá a Jamba".

Savimbi retomou os temas dos anteriores comícios. Depois de verberar os cubanos voltou a atacar o governo pela criação da polícia antimotim: "A UNITA ganha as eleições e no dia 1 de Outubro os 'ninhos' fora".

Voltando ao seu fato tipo abakossi, cinzento, depois de algumas presenças em público com t-shirt da UNITA e boné de péla, Jonas Savimbi repetiria ainda que os dirigentes do MPLA "não têm capacidade de governar este país porque não têm visão suficiente nem a compreensão da Angola profunda".

Do Namibe, Savimbi partiu para o Huambo, onde ontem se encontrou com o subsecretário de Estado norte-americano para os assuntos africanos Jeffrey Davidow. O Presidente da República regressou a Luanda mas viajou de novo em direcção ao sul, para o Lubango, cumprindo mais uma visita em que as agendas do candidato e do chefe de Estado se confundiram.

Formalizou, como Presidente da República, a mudança de nome da Praça Revolução de Outubro para João Paulo II. E, logo ali, fez um comício como candidato. Um comício muito concorrido, na capital da província da Huila, onde se encontra inscrito mais de milhão de eleitores. Eduardo dos Santos falou para mais de 50 mil pessoas, dois dias depois de Jonas Savimbi ter estado no mesmo palco, onde João Paulo II celebrou missa em Junho passado.

O candidato do MPLA voltou a atacar o principal rival: "Não podemos perder a nossa liberdade a favor de uma ditadura que está na cabeça do dr. Savimbi". Eduardo dos Santos mostrou-se ainda particularmente duro na forma como se referiu aos restantes partidos, que disse serem "a oposição entre águas".

Antes de partir para um encontro com os líderes locais do MPLA, Eduardo dos Santos preferiu descansar os seus apoiantes quando ao secretismo do voto: "Nenhuma entidade, nem mesmo o melhor, é capaz de descobrir em quem nós votamos. Nesta vez, o feticheiro não passou".

A Thatcher, o "teacher", a filha e o irmão dela

ANÁLIA VITÓRIA Pereira é a única mulher candidata ao cargo de Presidente da República de Angola. Originária de uma velha família da burguesia crioula de Angola, Anália Vitória Pereira tem feito uma campanha simpática, apelando ao voto das mulheres, que são a larga maioria do eleitorado angolano. O seu marido, Manolo Simeão, não esconde o orgulho: "Ela é a Thatcher e eu sou o 'teacher'". Os Vitória Pereira estão, aliás, muito bem representados, pois enquanto Anália preside ao Partido Liberal Angolano, PLA, o seu irmão, Rui, preside ao Partido Reformador Angolano, PRA, e é também candidato à Presidência da República. Alexandra, uma jovem atraente, filha de Anália e Manolo Simeão, torce pela mãe, com um discurso voltado para a defesa dos valores tradicionais.

Mas a estrela da campanha eleitoral na televisão, na passada quinta-feira, foi sem dúvida o economista José Cerqueira (ver artigo na página anterior). Falando no tempo de antena da obrigação Angola Democrática (AD), Cerqueira atacou os programas económicos do MPLA e da UNITA, afirmando que os mesmos não são angolanos: "O programa do MPLA foi feito por estrangeiros e o programa da UNITA, esse, revela logo no nome a sua origem estrangeira, 'Te-se Sistemática'. 'Sistemática' é um termo que não existe nem no português de Portugal, nem no português de Angola. Talvez exista na África do Sul. É lamentável que na própria designação do programa exista uma palavra alienígena, pela

parte de um partido que tanto se preocupa com a genuidade." José Cerqueira referiu-se ainda em termos sarcásticos ao que chamou a "velha guarda", realçando a necessidade de uma nova política assente numa nova geração.

Também o Partido Renovador Democrático (PRD) decidiu dar voz à nova geração, divulgando uma mensagem de um seu dirigente juvenil. O absurdo de algumas situações laborais em Angola foi um dos temas desenvolvidos por este dirigente: "É incompreensível que a nossa juventude seja forçada a trabalhar em Portugal, na construção civil, ao preço da banana, enquanto os portugueses vêm trabalhar em Angola, também na construção civil, ao preço do ouro".

José Eduardo Agualusa, em Luanda

PÚBLICO

OS CONFLITOS sociais e políticos na Guiné-Bissau ocorrem a um ritmo mais veloz do que as reformas que deviam dar lugar à democratização da sociedade. E na quinta-feira à tarde a polícia de choque carregou fortemente sobre centenas de trabalhadores da Câmara Municipal da capital que se tinham concentrados em frente aos Paços do Concelho, a exigir aumento salarial, pagamento de vencimentos em atraso e o afastamento do secretário e do tesoureiro.

Dois trabalhadores, Vaz Pracião Vieira e Augusto Tobana, foram presos no local, enquanto outros ficaram feridos, enquanto a Polícia de Ordem Pública distribuía um comunicado a dizer que actuara porque a greve em curso era ilegal.

Imagens apresentadas pela televisão guineense mostraram dezenas de polícias a espancar trabalhadores em fuga, tendo isto motivado a reacção de diferentes instituições e forças políticas.

presidente da Liga dos Direitos do Homem, Fernando Gomes, declarou que o comunicado da polícia não tem fundamentos jurídicos, enquanto o director-geral da Função Pública, Higinio Cardoso, disse que a greve dos perto de 500 trabalhadores municipais é absolutamente legal.

O Partido para a Renovação e Desenvolvimento (PRD), que acaba de entregar o processo de legalização, responsabilizou da carga policial o PAIGC, que segundo ele "aje assim por não ter uma cultura democrática". E o Partido da Convergência Democrática (PCD) disse que os actos contínuos de repressão podem conduzir a "uma catástrofe nacional cujas responsabilidades serão atribuídas exclusivamente ao Governo de Nino Vieira".

Mamadou Cambai, técnico do Gabinete de Estudos da Câmara Municipal, garantiu ao PÚBLICO que dezenas de trabalhadores ficaram feridos, exibindo alguns hematomas em todo o corpo. E acrescentou que a greve vai prosseguir por duas semanas. Mas o presidente do município, Manuel Saturnino Costa, secretário nacional do PAIGC, ameaçou com a requisição civil.

A vaga de reivindicações que atinge os mais diferentes sectores de actividade da Guiné-Bissau parece o prenúncio de dias mais difíceis. A tendência é cada vez mais para o agravamento da crise, que já atinge pontos nevrálgicos. Para além das paralisações, o que perturba mais é a inoperância dos ministros e outros serviços públicos, caracterizados por um absentismo acentuado. O Presidente "Nino" Vieira reconhece esta situação, mas aponta o dedo à oposição que, segundo ele, pretende — através dos técnicos superiores — bloquear o funcionamento dos serviços. Na sua recente visita a Bolama, Vieira disse que não vai afastar ninguém, "mas aqueles que estão contra o Governo devem sair e dar lugar a outros".

Outro motivo de preocupação do Presidente são os seus antigos companheiros de armas que se rebelaram, exigindo promoções, aumento salarial, alimentação e melhor funcionamento dos quartéis. O descontentamento dos militares é grande e ninguém sabe até onde vai a sua dedicação e fidelidade ao poder que eles próprios ajudaram a construir. ■

José A. Silva, em Bissau

Chissano visita Mugabe

DENTRO de poucos dias, o Presidente Joaquim Chissano deverá conferenciar com o seu homólogo do Zimbabwe — Robert Mugabe —, país que ainda mantém tropas em território moçambicano, para defesa dos corredores do Limpopo e da Beira, vias cruciais para as exportações e importações zimbabwuanas.

O Governo de Maputo e a Renamo concordaram, na quinta-feira, em Roma na retirada de todas as tropas estrangeiras de Moçambique logo que se verifique a assinatura de um Acordo Geral de Paz e que entre em vigor o tão desejado cessar-fogo.

O chefe da delegação da Renamo às conversações que desde há mais de dois anos decorrem na capital italiana, general Raul Domingos, disse ontem à Rádio Moçambique esperar que a paz no início de Outubro seja uma realidade. Por outro lado, considerou sem sentido a sugestão governamental de se chamar novos observadores para o processo (África do Sul, Rússia e Zimbabwe), pois que — notou — isso só iria agora complicar e não facilitar a conclusão do processo.

O principal negociador de Maputo, Armando Emílio Guebuza, declarou à mesma emissora que as controversas dis-

cussões sobre o Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE) foram agora retiradas de Roma e transferidas para círculos políticos da capital moçambicana e da Gorongosa.

Quanto ao acordo sobre o número de efectivos das futuras Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), que também está emperrado desde há meses, deverá ser estabelecido dentro de dias — afirmou Guebuza.

O Governo moçambicano tem vindo a insistir num total de 30 mil efectivos, dos quais 24 mil no Exército, quatro mil na Força Aérea e dois mil na Marinha, enquanto a Renamo desejava uma Aeronáutica e uma Armada substancialmente mais pequenas (até porque tem muito poucos homens preparados para esses ramos).

Ultimato à Renamo

Entretanto, as Nações Unidas deram um ultimato à Renamo para aceitar até hoje, sábado, todas as rotas, aéreas e terrestres, propostas pelo Comité de Assistência Humanitária, para a distribuição alimentar a mais de três milhões de moçambicanos afectados pela fome.

Wolfgang Schelies, representante adjunto da ONU em Moçambique, afirmou esta semana no Chimoió, província de Manica, que se até hoje aquele movimento não desse uma resposta positiva as Nações Unidas iriam "dizer a todo o mundo que a Renamo é responsável pela morte de pessoas nas regiões sob o seu controlo".

O representante da ONU em Maputo, Peter Simkin, marcou já para segunda-feira, dia 21, o início das operações de assistência humanitária, caso a Renamo responda positivamente à proposta.

Dados preliminares indicam que poderão existir quatro milhões e meio de moçambicanos necessitados de cereais vindos do exterior, especialmente nas províncias de Gaza, Inhambane, Manica e Sofala. ■

Teresa Lima, em Maputo

De pé ajuda às vítimas da seca em Moçambique

PUBLICO QUINTA-FEIRA, 17 SETEMBRO 1982

AS NAÇÕES Unidas anunciaram ontem em Maputo que a operação de assistência humanitária às vítimas da seca em Moçambique vai iniciar-se na próxima segunda-feira.

Numa nota distribuída à imprensa, o presidente do comité de assistência humanitária às vítimas da seca, Peter Simkin, afirma que o Governo e a Renamo já deram "luz verde" para o início da operação, mas que os rebeldes contestam algumas das rotas da assistência previstas no programa das Nações Unidas.

O representante da Renamo no comité de assistência, Lourenço Macome, disse na terça-feira à agência Lusa que o seu movimento apresentou uma contra-proposta, limitando os percursos de intervenção. Segundo Macome, a Renamo ainda não acredita na boa-fé do Governo da Frelimo e encara as

primeiras acções de assistência na província de Sofala como um teste à credibilidade do programa proposto pela ONU.

O movimento de Afonso Dhlakama pretende que a assistência seja prioritariamente levada às suas zonas por via aérea, por suspeita de que a abertura de novas vias de acesso possa permitir a sua utilização pelo executivo do Maputo para infiltrar tropas nos "corredores de segurança".

No entanto, para Peter Simkin, a operação só poderá resultar se for realizada por via terrestre, uma vez que a utilização de meios aéreos seria muito morosa. "Não é uma questão de custos financeiros, trata-se de razões técnicas", explicou Peter Simkin.

A Renamo questiona também que os comboios de camiões com ajuda de emergência partam das capitais provin-

ciais para o interior. Propõe, em contrapartida, que as colunas sejam organizadas a partir do Zimbabwe, em direcção às áreas necessitadas de Moçambique. A Renamo apresentou à ONU dois percursos alternativos, a título experimental. O primeiro comboio de ajuda, segundo a Renamo, deveria situar-se entre as localidades interiores de Tica e Cedheia, enquanto o segundo cobriria o percurso entre Espungabera, Inhancufere e Chaze — ambos na província de Sofala e a cobrir por via terrestre.

A população moçambicana em situação crítica e a precisar de ajuda de emergência é agora estimada em cerca de 3,1 milhões de pessoas, na sua maioria de origem rural. Ao fenómeno da guerra, veio juntar-se uma seca rigorosa, que contribui para aumentar o ritmo das migrações internas no país. ■

Paz em Outubro

Jorge Heitor

Depois de algumas semanas de incerteza, a tão desejada notícia parece finalmente confirmar-se:

Moçambique vai ter um Acordo Geral de Paz assinado nos primeiros dias de Outubro. O difícil depois será fazê-lo cumprir. Mas diversos países estrangeiros estão dispostos a dar uma ajuda.

No meio do maior sigilo, os presidentes de Moçambique e da Renamo reuniram-se na última sexta-feira em Gaborone, no Botswana, a fim de consolidarem aquilo que no dia 7 de Agosto tinham combinado em Roma e que estava em sério risco de não se poder concretizar. Ou seja, que até 1 de Outubro estejam rubricados na capital italiana os protocolos que vão permitir o cessar-fogo e a assinatura, possivelmente num país de África, do Acordo Geral de Paz.

Tanto quanto nesta altura se sabe, os protocolos deverão agora ser rubricados em Roma durante os últimos dias deste mês e o Acordo será formalmente assinado — talvez em Gaborone, se bem que o Presidente Chissano preferisse Harare — pouco depois, se o não for exactamente dia 1, até-lo-á dentro de uma a duas semanas.

A cimeira da capital italiana, em Agosto, sob os auspícios do Presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, deixou no ar muitas esperanças e também algumas dúvidas, havendo estas últimas prevalecido em muitas mentes durante a primeira quinzena de Setembro. Até que algumas actividades diplomáticas — incluindo a passagem de Durão Barroso por Pretória, onde se encontrou com Afonso Dhlakama — contribuíram para a flexibilidade das duas partes e ajudaram aparentemente a salvar um processo negocial que parecia mesmo estar em risco.

Os problemas dos efectivos das futuras Forças Armadas de Defesa de Moçambique, do Ser-

viço de Informação e Segurança do Estado (SISE) e das forças policiais eram os que, desde há bem mais de um mês, estavam a fazer emperrar as negociações de Roma, que têm como medianeiros o deputado socialista italiano Mário Rafaelli, a Comunidade de Santo Egídio e o arcebispo da Beira, D. Jaime Gonçalves.

30.000 homens em armas

Finalmente, depois desta última reunião de sexta-feira em Gaborone, de que os cidadãos moçambicanos só ontem tomaram conhecimento, ficou assente que as Forças Armadas terão 30.000 homens e que haverá comissões encarregadas de verificar o funcionamento tanto do SISE como das forças policiais, que serão despartidarizadas e "actuarão na imparcialidade".

A Renamo, depois de 13 anos de actividade bélica, forçara o Governo moçambicano a aceitar negociações; e o regime conseguiu por seu turno manter o SISE (derivado do antigo SNASP, polícia política), embora com a garantia de que o subordinará "aos princípios democráticos internacionalmente reconhecidos" e de que o mesmo respeitará os direitos civis e políticos dos cidadãos, bem como os direitos humanos e as liberdades fundamentais.

Nos últimos meses, a mediação italiana e católica — que não estava a conseguir grandes resultados, depois de quase dois anos de conversações intermitentes em Roma — fora reforçada com a presença de alguns observadores, tendo-se revelado de grande peso a actividade de diplomatas norte-americanos, portugueses e britânicos. Os franceses também estiveram oficialmente presentes, mas de uma forma relativamente passiva (a África Austral não é prioritária para os interesses de Paris).

Desde o início de Setembro, os medianeiros escreveram por duas vezes a Joaquim Chissano e a Afonso Dhlakama, avisando-os de que a data de 1 de Outubro — por eles aceite em Agosto como limite para a assinatura do cessar-fogo — se estava perigosamente a aproximar, sem que se notassem grandes avanços à mesa das negociações.

As cartas de Roma surtiram finalmente algum efeito; e, perante a catástrofe iminente de milhões de pessoas sem nada para comer, devido à fome e à guerra, os líderes de uma e outra parte voltaram a reunir-se (pela segunda vez em seis sema-

nas), de modo a uma vez mais tentarem tudo por tudo para que a guerra civil que se arrasta desde 1977 possa terminar durante o próximo mês.

Na mesma altura em que Chissano dialogava sexta-feira em Gaborone com Dhlakama, estava em Lisboa o ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros, Pascoal Mocumbi, e em Roma o subsecretário de estado adjunto norte-americano para os assuntos africanos, Jeffrey Davidow. Portugal e os Estados Unidos revelavam-se, uma vez mais, peças de grande importância para a resolução do drama moçambicano.

Assim, do que foi conseguido de positivo nas últimas 48 horas depreende-se que — por coincidência ou não — Moçambique irá ter agora o seu Acordo Geral de Paz logo que Angola realize pela primeira vez eleições gerais pluralistas. Mas a seguir surgirá a grande dificuldade de o aplicar, devendo contar-se para isso com o apoio de outros países, entre os quais não será de esquecer o da vizinha África do Sul.

Entretanto, pouco depois da assinatura do Acordo, será convocada para Roma uma conferência de estados que se disponham a financiar o processo eleitoral moçambicano e os programas de emergência, tão necessários para a reintegração das populações deslocadas e refugiadas, que são uma parte substancial dos 16 milhões de habitantes de Moçambique. ■



PUBLICO

10 SETEMBRO 1992



Três protocolos

OS PROTOCOLOS que o Governo moçambicano e a Renamo rubricam em Roma no fim deste mês — ou no início de Outubro — dizem respeito a questões militares, a garantias e ao cessar-fogo.

O primeiro refere-se aos critérios de formação, composição e número das futuras Forças Armadas, à retirada das tropas estrangeiras do país, ao funcionamento dos grupos armados privados, ao funcionamento do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE) e à despartidarização das forças policiais.

O segundo é sobre o calendário de implementação do processo eleitoral, a comissão de supervisão do cessar-fogo, as garantias específicas para o período que vai do cessar-fogo às eleições e as questões constitucionais.

O terceiro abarca as modalidades do cessar-fogo e da libertação de prisioneiros, o papel internacional na fiscalização do cessar-fogo e o calendário operacional do mesmo. ■

ASSEMBLEIA prepara paz

ESTÁ marcada para dia 22 deste mês a sessão extraordinária em que a Assembleia da República moçambicana vai discutir, em Maputo, o processo de paz que, em Agosto, levou em Roma um grande "empurrão", mas que ainda não se encontra plenamente solidificado.

A sessão, que será pública, deverá debater e aprovar as garantias que o Governo tem de dar à Renamo para que as promessas de 7 de Agosto se concretizem. Ou seja, que um acordo de cessar-fogo fique pronto a assinar antes de 1 de Outubro.

Entretanto, as operações de emergência visando salvar milhares de vidas de moçambicanos nas zonas mais afectadas pela guerra e pela seca em Moçambique só agora começam, embora tenham sido decididas em Roma a 16 de Julho, algumas semanas antes da cimeira que reuniu o Presidente Joaquim Chissano e o líder Renamo, Afonso Dhlakama.

Dado o impasse na concretização do que foi acordado há dois meses, os doadores enviarão nos últimos dias ao Governo moçambicano e à Renamo um plano com as rotas terrestres e aéreas a serem utilizadas na distribuição de alimentos.

O Comité para Assistência Humanitária criado para supervisionar o que foi decidido em Julho disse que não é possível distribuir o auxílio às populações apenas por via aérea; e sugeriu como alternativa urgente as colunas de camiões com as bandeiras da Cruz Vermelha Internacional ou das Nações Unidas.

Oldemiro Baloi, vice-ministro da Cooperação e coordenador da Comissão Nacional de Emergência, anunciou a concordância do Governo com aquele plano. A Renamo deveria ontem à tarde dar uma resposta.

O esquema do Comité especifica dez rotas rodoviárias de colunas de auxílio abrangendo as províncias de Gaza, Sofala, Manica e Tete, enquanto as operações aéreas decorreriam em Sofala e Manica, as duas províncias do centro do país, entre o porto da Beira e a fronteira com o Zimbábue.

Até aqui a Renamo insistia em que o auxílio às populações em zonas por ela controladas fosse feito a partir dos países vizinhos, bloqueando propostas para a abertura de rotas terrestres no interior de Moçambique.

O representante da ONU neste país, Peter Simkim, observou que o movimento de Afonso Dhlakama temia que tais rotas viessem a ser utilizadas para fins militares. Mas assinou que o Governo deu garantias de que tal não aconteceria. ■

Teresa Lima, em Maputo

Venham as crianças de Moçambique

Goulart Machado

Os portugueses estão impressionados com a situação na Bósnia. Mas, para adoptar uma criança, a maioria iria provavelmente buscá-la a Moçambique. Porque está mais perto de nós e fala a mesma língua. E porque a raça ou a religião não tem importância quando é o sofrimento das pessoas que está em causa.

Das situações dramáticas de guerra e de fome que se estão a viver, gerando vagas de refugiados, é a da Bósnia a que mais impressiona os portugueses. É o que indica uma sondagem PÚBLICO-Norma, realizada na semana passada, quando ainda se esperava a chegada do primeiro grupo de crianças da ex-Iugoslávia.

O inquérito, feito por telefone a 300 pessoas maiores de 18 anos, nas áreas de Lisboa e Porto, incidiu sobre três das situações de guerra ou de fome mais conhecidas — Somália, Bósnia e Moçambique. Mais de um terço dos inquiridos declararam-se igualmente impressionados com qualquer dos conflitos. Mas, entre os que apontam apenas um, a maioria (42 por cento) confessa-se mais chocada com a situação nos Balcãs do que com o que se passa em Moçambique ou na Somália (cerca de 29 por cento).

Um quinto dos inquiridos, quando interrogados sobre a razão que os leva a declararem-se mais impressionados com a situação num país, invoca uma motivação genérica: o sofrimento das pessoas. Mas tantos quantos estes são os que se confessam tocados pelas imagens que vêem na televisão ou na rádio. O sofrimento das crianças é referido por apenas 10 por cento do total dos entrevistados. Já entre os que se declaram mais impressionados com a situação em Moçambique, a razão maioritariamente invocada (61,5 por cento) é a ligação deste país a Portugal.

A sondagem feita pela Norma para o PÚBLICO procurou também saber da predisposição

dos portugueses para adoptar crianças vítimas de situações de guerra ou de fome. A grande maioria dos inquiridos (69,3 por cento) declara que nunca encarou tal hipótese. Entre os outros, os que já pensaram nesta eventualidade, a maioria são mulheres (67 por cento) ou residentes na zona da Grande Lisboa (68 por cento).

A raça ou a religião não parecem ser factor determinante quando se trata de escolher a proveniência de um órfão. É o que se conclui das respostas ao inquérito, quer quando o entrevistado é convidado a colocar-se no papel de adoptante quer quando fala em termos gerais, independentemente de ser ele ou não a adoptar uma criança.

Somente 14 por cento dos inquiridos admitem que seria problemático, para a sua vida habitual, adoptar uma criança de raça diferente ou educada com outro credo. Tantos quantos os que afirmam que uma tal situação dificultaria a integração da criança. Mesmo considerando a adopção em geral — isto é, sem o entrevistado se colocar na pele de adoptante —, o sentido das respostas é o mesmo.

Já o factor linguístico joga um papel importante na adop-

ção. É o que pensam mais de metade dos portugueses (52 por cento), que o indicam como a maior dificuldade para a integração da criança ou que afirmam que essa seria a situação mais problemática, na sua vida habitual (45 por cento), se viessem a acolher um órfão.

A idade da criança só é indiferente para 16 por cento dos inquiridos. O melhor é que ela tenha menos de dois anos (52 por cento) ou entre dois e quatro (20 por cento). Quanto à origem, são muitos os que não olham ao passaporte. Mas entre os que o fazem, são mais os que escolheriam um moçambicano (21,3 por cento) do que os que preferem um bósnio (15,3 por cento) ou um somali (5,3 por cento).

Os portugueses que dão preferência a um órfão bósnio em detrimento de um moçambicano ou somali fazem-no, principalmente, por estarem convencidos de que estes são os que necessitam mais (41 por cento). Mas há também os que têm em conta, apenas, que as crianças bósnias são brancas (23 por cento). Já os que preferem os moçambicanos afirmam que é porque estes estão mais ligados a nós (69 por cento) ou falam a mesma língua (21 por cento).

OS NÚMEROS DA SOLIDARIEDADE

Qual a situação que o impressiona mais?	
Bósnia	25,3%
Moçambique	17,3%
Somália	17,0%
Todas	35,7%
Não sabe/não responde	4,7%
Porquê?	
Sofrimento das pessoas	19,7%
Imagens na TV/Imprensa	19,3%
Fome/miséria	18,3%
Sofrimento das crianças	10,0%
Está ligada a Portugal	10,7%
Solidariedade	6,0%
Outras	4,7%
Não sabe/não responde	13,0%
Já pensou acolher um órfão destes países?	
Sim	27,3%
Não	69,3%
Não sabe/não responde	3,3%
Se tivesse de acolher um órfão, preferia que fosse?	
Da Somália	5,3%
Da Bósnia	15,3%
De Moçambique	21,3%
Indiferente	41,0%
N/ está disposto a acolher	17,0%
Porquê?	
Da Somália	
Necessitam mais	81,3%
Não sabe/não responde	18,8%

Da Bósnia	
Necessitam mais	41,3%
São crianças brancas	23,9%
Outras respostas	19,6%
Não sabe/não responde	8,7%
De Moçambique	
Estão mais ligados a nós	68,8%
Falam a mesma língua	21,9%
Necessitam mais	3,1%
Não sabe/não responde	6,3%
No caso de adoptar uma criança, que idade preferia que ela tivesse?	
Até 2 anos	51,8%
3 a 4 anos	19,7%
5 a 10 anos	6,8%
Mais de 10 anos	3,2%
Indiferente	16,5%
No caso de adoptar uma criança, o que seria mais problemático, para si?	
Religião diferente	6,0%
Língua diferente	45,0%
Raça diferente	8,0%
Nenhuma	37,3%
Não sabe	3,6%
E para a integração da criança?	
Língua diferente	52,2%
Religião diferente	4,0%
Raça diferente	10,0%
Nenhuma	22,1%
Não sabe	10,0%

lze) seja em «joint-ventures» (telecomunicações, gestão hoteleira, etc.). Mas a necessidade de coordenação e de sentido global dessas iniciativas reclama um adequado enquadramento institucional de cooperação interestadual, que lhes assegure estabilidade e segurança e permita a sua intensificação e a exploração de todas as suas virtualidades.

Por outro lado, o tempo decorrido desde a independência e as novas circunstâncias históricas podem consentir agora a concepção de um novo quadro institucional para as relações lusoafricanas, liberto de descabidos propósitos ou suspeições neocolonialistas, de deslocados melindres nacionalistas e de seródias inibições e ressentimentos do antigo colonizador e colonizado. Não é preciso ser tão ousado (nem ir tão ao arripio da história) como aquele desprendido deputado são-tomense que advogou a adopção de um estatuto de «região autónoma», à semelhança dos Açores e da Madeira (imaginando certamente a cornucópia de vantagens que caberia a uma pequena região ultraperiférica da comunidade europeia: b o Equador!...). Mas não excede seguramente a capacidade de imaginação admitir a possibilidade de congeminar um modelo de associação institucional mais ou menos informal entre Portugal e os países africanos de língua portuguesa interessados, suficientemente flexível para respeitar o empenhamento e os compromissos europeus de um, o brio nacional dos outros e a autonomia e responsabilidade nacional de todos.

É bem possível que ainda estejam longe de amadurecer as condições de uma «comunidade de Estados independentes» lusoafricana, e nada garante que isso alguma vez venha a verificar-se. Mas neste momento não é temerário figurá-la e nada se p em concebê-la.

INQUIETANTE continua a ser a situação dos países africanos de língua oficial portuguesa. Com excepção de Cabo Verde, os antigos territórios coloniais portugueses não somente não atingiram os progressos esperados com a independência como até regrediram, em alguns casos de forma dramática, como sucede em Moçambique.

Os esforços de pacificação nos dois maiores dos cinco Estados — ainda longe de resultados no caso moçambicano — e a transição para a democracia pluripartidária em todos eles não são de molde a resolver só por si o problema básico da reabilitação da economia, devastada pela saída dos portugueses, pela guerra e pela infeliz experiência do «socialismo» por que todos eles passaram, de forma mais ou menos convicta.

Pelo contrário, a democratização política e a economia de mercado podem resultar numa amarga decepção se esses países não conseguirem sensíveis melhorias na «performance» económica e na superação das enormes carências das respectivas populações. Onde escasseia o pão é difícil vingar a democracia.

Penso que cabe a Portugal uma responsabilidade que não deve enjeitar na ajuda à consolidação democrática desses países. Mas é de temer que, ensimesmados na «prosperidade comunitária» e receosos de um novo envolvimento em África, os portugueses se limitem à «cooperação» mais ou menos avulsa.

África do Sul

De Klerk admite ministros negros

O PRESIDENTE sul-africano disse ontem que vai propor a nomeação de ministros negros para o Governo, em mais um sinal dos muitos que vem trocando com o líder do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, para a retoma das negociações para a democratização do regime, interrompidas há quatro meses.

Frederik de Klerk, que falava no Clube de Imprensa, em Joanesburgo, especificou que a sua proposta, a apresentar ao Parlamento na sessão do próximo mês, tem por objectivo eliminar quaisquer «irrespeitosas» referências sobre raças ou cores na indigitação de responsáveis para as pastas ministeriais.

O ANC reagiu imediatamente, acusando o Presidente de «brincar às escondidas». A proposta «mostra como Frederik de Klerk e o seu Governo não entendem o processo de mudança», disse Gill Marcus, porta-voz da organização negra. «Eles [o Governo de minoria branca]

continuam a emendar unilateralmente isto e aquilo e a mostrar que não estão à altura da democracia», acrescentou.

O porta-voz do ANC sublinhou ainda que a sua organização não aceita «rebuçados», que o tempo dos paliativos já passou e que apesar das intenções do Presidente sul-africano poderem ser boas, este continua a falhar nos procedimentos para a abertura democrática.

O Presidente respondeu afirmando que se trata de um forte sinal de que o seu Governo está empenhado na procura de uma solução para o fim da discriminação na África do Sul. É como que a provar as boas intenções do seu Executivo, acrescentou acreditar que todos os sul-africanos votarão em condições de plena igualdade nas próximas eleições legislativas sul-africanas.

Observadores citados pela agência Reuter vêem com optimismo estes sinais que apontam para a restauração do diá-

logo entre o Governo e todas as forças políticas no âmbito da Conferência para uma África do Sul Democrática (Codesa), que o ANC abandonou em Junho, na sequência do massacre de Boipatong, admitindo no entanto que as provas de força que a organização negra continua a realizar poderão prejudicar uma aproximação entre os litigantes.

O contencioso entre o Governo e o ANC não impede entretanto que brancos e zulus prossigam o diálogo, embora à margem da Codesa. Frederik de Klerk e Mangosuthu Buthelezi, dirigente do Partido da Liberdade (Inkhata), formação que se opõe ao partido de Mandela, encontraram-se ontem para discutir a violência nos subúrbios negros das principais cidades do país. Mas os resultados da reunião, que durou duas horas, não foram além do reconhecimento da necessidade do regresso imediato das conversações.

É pouco e fica muito aquém do que se impõe. Dos cinco países africanos lusófonos, se há um onde a saída dos portugueses provocou a total desorganização da economia foi S. Tomé e Príncipe. Foi a descapitalização, a perda de meios humanos e técnicos, a privação de capacidade de organização e gestão administrativa e empresarial. A inépcia da gestão da economia nacionalizada pós-independência fez o resto, agravada pela baixa das cotações do cacau.

Hoje, S. Tomé é um país arruinado; com infra-estruturas destruídas ou degradadas, plantações envelhecidas, condições de vida depauperadas. O país depende essencialmente da ajuda internacional, da cooperação portuguesa, das facilidades de fornecimento de petróleo angolano. A mudança política de há dois anos, que afastou o MLSTP do poder, se trouxe expectativas não produziu entretanto os resultados ansiados pela população. Pelo contrário, a necessidade de obtenção de meios de financiamento externo no quadro de um acordo com as autoridades monetárias internacionais conduziu a novos sacrifícios (aumento de combustíveis, inflação, maior desemprego, diminuição da minguada capacidade de compra da generalidade das pessoas). As perspectivas democráticas do país perdem pela demora na recuperação económica.

Não falta quem duvide da capacidade de recuperação do pequeno país e ponha em causa a

sua própria viabilidade. Só o restauro das infra-estruturas e o restabelecimento do produto nacional existentes à data da independência reclamam enormes somas de dinheiro e a manutenção de uma sólida taxa de crescimento durante muitos anos. E ninguém pode assegurar nenhum desses requisitos.

É possível que uma saída esteja em explorar numa nova perspectiva a privilegiada posição geográfica do país, situado a pequena distância de um vasto arco de países do ocidente e do centro de África, desde a Guiné a Angola. Esta inserção gera, naturalmente, condições para imaginosos projectos, desde a transformação do arquipélago em plataforma de prestação de serviços num quadro regional — plano aparentemente acalentado pelas autoridades de S. Tomé — até à ideia de instalação de uma universidade da comunidade europeia para África (sonhada pelo embaixador de Portugal).

Mas qualquer que seja a perspectiva, afigura-se cada vez mais que a contribuição portuguesa pode ser decisiva. Não é que a ajuda prestada por Portugal no quadro da «cooperação» seja despicienda (embora muito aquém das necessidades dos beneficiários e, porventura, das nossas possibilidades).

E já não é negligenciável a actual participação portuguesa na economia, seja na gestão de plantações restituídas à exploração privada (descontado o falhanço da RAR na roça Água-

PUBLICO

SEXTA-FEIRA, 18 SETEMBRO 1992

O Parlamento Europeu pediu ontem a rápida realização de um Governo de transição na África do Sul e a suspensão do sistema dos «bantustões» — os quatro «homelands» criados pelo Governo de Pretória no âmbito da sua política de segregação racial e confinamento das etnias negras a espaços pretensamente independentes. Estrasburgo considera estes bantustões como «o maior obstáculo ao processo de desmantelamento do «apartheid»».

QUAL O PAÍS ONDE DIARIAMENTE HÁ MAIS VIOLAÇÕES?

■ A África do Sul, onde se registam diariamente mil casos de violação. Dados fornecidos por esta associação revelam que na última década apenas dois por cento dos violadores foram condenados pela justiça.

PUBLICO

20 SETEMBRO 1992